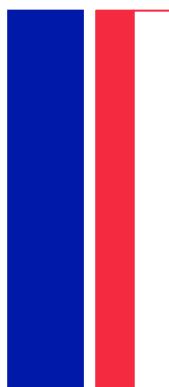


CICLO DE ESTUDOS
MESTRADO EM FILOSOFIA, POLÍTICA E ECONOMIA

EQUIDADE E JUSTIÇA COMO MECANISMO DE ELEVADOR SOCIAL SUSTENTÁVEL

Carlos Alberto Lourenço Domingues

SETEMBRO 2025



Carlos Alberto Lourenço Domingues

EQUIDADE E JUSTIÇA COMO MECANISMO DE ELEVADOR SOCIAL SUSTENTÁVEL

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Filosofia, Política e Economia,
orientada pelo Professor Doutor JOSÉ FRANCISCO PRETO MEIRINHOS
e pelo Professor Doutor DIOGO CAMPOS MONTEIRO DE MELO LOURENÇO

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro 2025

Sumário

Declaração de honra / Declaration of Honour	4
Agradecimentos	5
Resumo.....	6
Abstract	8
Índice de Figuras (ou Ilustrações).....	10
Introdução.....	11
A desigualdade como barreira ao desenvolvimento individual	19
A equidade como motor de mobilidade social	24
Contribuições clássicas para a equidade e mobilidade social: Adam Smith	26
Karl Marx, Friedrich Engels e a mobilidade social: A dialética das classes no capitalismo	32
Rawls e a teoria da justiça como equidade	36
Thomas Piketty e a mobilidade social: Equidade e justiça na sociedade contemporânea	39
Instabilidade política e bipolarização: Extremismos e suas relações com a equidade e justiça social.....	44
Implicações para políticas públicas e justiça social: comparações entre teóricos clássicos e modernos	47
Implicações para políticas públicas e justiça social: propostas de políticas públicas que promovem equidade e mobilidade Social.....	49
Considerações Finais	52
Referências Bibliográficas	55
Anexos	57
Apêndices	78

Declaração de honra / Declaration of Honour

Declaro que a/o presente tese/dissertação/relatório é de minha autoria e não foi utilizada/o previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Declaro, ainda, que utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de partes das pesquisas e revisão de textos, encontrando-se todas as interações (prompts e respostas) transcritas em anexo.

I hereby declare that this thesis/dissertation/report is of my authorship and has not been used previously in another course, degree, curricular unit or subject, at this or any other institution. References to other authors (statements, ideas, thoughts) scrupulously respect the rules of attribution and are duly indicated in the text and bibliographical references, in accordance with the rules of referencing. I am aware that the practice of plagiarism and self-plagiarism is an academic offence.

I further declare that I have used generative artificial intelligence tools (chatbots based on large language models) to carry out parts of this dissertation research and text review, and that all interactions (prompts and responses) have been transcribed in the annex.

Leça da Palmeira, 30 de setembro de 2025 / Leça da Palmeira, September 30th, 2025

Carlos Alberto Lourenço Domingues

Agradecimentos

Deixo aqui o meu agradecimento aos professores e colegas com quem partilhei o percurso letivo deste mestrado. Entre o interesse e dedicação de professores e colegas, em ajudar a aprofundar, a conhecer e interpretar materias relevantes para o conhecimento da sociedade, pude beneficiar do apoio sempre disponível e partilhado, que transformou esta experiência letiva, num privilégio e num prazer.

Aos meus orientadores, Prof. Dr. José Francisco Meirinhos e Prof. Dr. Diogo Lourenço, quero deixar aqui o meu agradecimento, pela sua dedicação, envolvimento e competência, que evidenciaram e disponibilizaram desde a primeira aula.

CD

Leça da Palmeira, 30 de setembro de 2025

Resumo

A vida em sociedade tem sido marcada pela desigualdade. E é desigual, entre muitas outras razões, como consequência conjuntural da época em que se vive, da cultura, da região. Mas também o é, como reflexo das condições específicas de cada pessoa, das suas origens, do meio onde se desenvolveu, da educação que recebeu, das suas convicções e escolhas.

A desigualdade poderá também refletir uma medida de liberdade e individualismo que permite a cada cidadão, desenvolver a sua vida de acordo com suas escolhas.

A desigualdade a que me refiro, é aquela que impede que alguém possa viver sem fome, com acesso a educação, com acesso a habitação condigna, com saúde, com a possibilidade de melhorar a sua vida de acordo com a sua vontade e capacidades.

Foquei o presente trabalho em cinco autores, os quatro primeiros, objeto do nosso estudo no curso de mestrado. Adam Smith pelo seu enorme contributo para a economia, aqui perspetivando o ponto de vista das origens do capitalismo, Karl Marx e Friedrisch Engel, como extremo oposto neste espectro, pela sua visão de igualdade, materializada pela abolição da propriedade privada. John Rawls, porque nos traz a visão de justiça como equidade, um ponto de viragem da forma como a sociedade deve encarar a relação entre cidadãos, propondo igualdade de liberdades básicas e a aceitação de desigualdades sociais, desde que elas beneficiem os menos favorecidos. E por último, Thomas Piketty que nos explica porque razão o capital tende a concentrar-se mais quando a taxa de remuneração do capital excede substancialmente a taxa de crescimento da economia, propondo políticas redistributivas como mecanismos de correção de desigualdades.

No seu tempo, cada um dos autores expressou preocupação pela condição dos mais desfavorecidos. E no entanto, todo o progresso que permite alimentar biliões de pessoas, de produzir significativas quantidades de excedentes, desperdício e lixo, não conseguiu que toda a Humanidade não sofra ainda hoje, com fome e condições de vida miseráveis.

Quando procuramos um mecanismo que eleve a condição de vida e social, de milhões de pessoas no planeta que recebem uma infima e insuficiente parte do que é

produzido – seja a redistribuição, seja qualquer outro instrumento que se revele eficiente – estamos a falar de justiça e de equidade. Caso contrário, o que quê poderia caracterizar o merecimento desse destino?

Reconhecidas as diferenças entre continentes, entre países, entre regiões, entre grupos de pessoas, é hoje comumente aceite que, para cada um dos mais de 8 biliões de pessoas que habitamos este planeta, é justo que devemos o máximo esforço para que todos tenham um mínimo.

Palavras-chave: Justiça Social, Equidade, Mobilidade Social, Regulação Económica, Política Redistributiva.

Abstract

Life in society has always been unequal. It is unequal, among many other reasons, as a consequence of the historical period in which one lives, of culture, and of region. But it is also unequal as a reflection of each person's specific circumstances, their origins, the environment in which they grew up, the education they received, and their convictions and choices.

Inequality may also reflect the degree of freedom and individualism that allows each citizen to shape their life in accordance with their own choices.

The inequality to which I refer is the one that prevents people from living without hunger, without access to education, without decent housing, without healthcare, and without the possibility of improving their lives in line with their own will and abilities.

Within the framework of this Master's degree, I have focused this work on five authors: Adam Smith, for his enormous contribution to economics and for offering a perspective on the origins of capitalism; Karl Marx and Friedrich Engels, as the extreme opposite on this spectrum, for their vision of equality through the abolition of private property; John Rawls, who brings us the notion of justice as fairness, a turning point in the way society should approach relations between citizens, by proposing equality of basic liberties and the acceptance of social inequalities provided they benefit the least advantaged; and finally, added Thomas Piketty, who explains why capital tends to concentrate more when the rate of return on capital substantially exceeds the rate of economic growth, and who proposes redistributive policies as mechanisms to correct inequalities.

In their own time, each of these authors expressed concern for the condition of the most disadvantaged.

All the progress that has enabled billions of people to be fed, generating significant surpluses and waste, has not prevented Humanity as a whole from continuing to suffer from hunger and miserable living conditions — despite all the advances of the past fifty years.

When we look for a mechanism that can raise the living and social conditions of millions of people around the world, who receive only a minimal and insufficient share

of what is produced — whether redistribution or any other mechanism that proves effective — we are speaking of justice and fairness. Otherwise, what could be a reason for these people to deserve such fait?

Acknowledging the differences between continents, countries, regions, and groups of people, it is now widely accepted that for each of the more than 8 billion people who inhabit this planet, it is just that we make the maximum effort to ensure that all have at least a minimum.

Key-words: Social Justice, Equity, Social Mobility, Economic Regulation, Redistributive Policy.

Índice de Figuras (ou Ilustrações)

FIGURE 1 - FONTE: “ADDRESSING IMBALANCE,” BY TONY RUTH.....	14
---	----

Introdução

No presente trabalho, procurei focar a minha análise sobre a mobilidade social, retendo o contributo de alguns autores fundamentais apresentados ao longo do mestrado. Adam Smith já valoriza o conceito, quando nos fala da iniciativa pessoal como ponto de partida para uma pessoa melhorar a sua condição, que a leva a efetuar trocas. Marx e Engels anos depois, constataam que essa necessidade e liberdade para crescer financeiramente, não se repercute de forma generalizada na população e nessa medida, propõe o fim da propriedade privada como forma de equalizar a distribuição de rendimento e riqueza gerados e detidos na sociedade. Rawls é fundamental no meu trabalho pois coloca esta discussão na ótica da justiça. Ou seja, podemos defender a livre iniciativa ou a abolição da propriedade privada, mas o que é importante é trabalhar contra as diferenças que penalizam uma parte importante da população, impedindo-as de aceder a proveitos que deveriam ser partilhados por todos. Por último, trago o Piketty, apenas um entre os inúmeros autores que tratam o tema da exclusão, das assimetrias no acesso a oportunidades, das desigualdades, de todas as injustiças às quais a nossa sociedade, com significativas melhoria e evolução, está, contudo, ainda muito longe de estar num patamar satisfatório.

Sendo este trabalho uma revisão de (alguns) autores à luz do tema que escolhi, havia muitas outras fontes que escolhi não citar, embora os seus trabalhos estivessem relacionados com o assunto por uma questão de gestão do espaço limitado da presente dissertação.

Parti da minha leitura de algumas obras de cada um dos autores citados e elaboro um quadro do que encontrei nos seus trabalhos, que se relacione com a mobilidade social e do que pude recolher, sobre o entendimento de cada um relativamente à justiça dessa prerrogativa social.

Nos três últimos tópicos tratados, apresento alguns aspetos que impactam na organização social e que geraram ou estão a gerar marcas profundas nas sociedades, contribuindo para a existência de desigualdades; no penúltimo ponto procuro fazer uma comparação entre a visão clássica e atual sobre esta questão e no último refiro

algumas políticas atuais que podem promover maior justiça social. Não tendo aqui uma clara hierarquia entre qualquer dos temas, optei por manter como está.

Por último o ChatGPT. As versões usadas são não pagas, 4 e 5. E de facto, o ChatGPT não é fiável. Verifiquei inúmeras inconsistências, quando procurei a sua ajuda para localizar referências, citações etc. que me ajudassem e avançar mais rapidamente. Como eu valido/revejo todas as propostas da IA, constatei que, ou as obras estavam erradas, ou as citações não existiam, etc. É bom para resumos, fazer uma revisão ou reescrita de um texto, ou uma tradução. Ganha-se tempo e foi nessa linha que o usei. Nos anexos, deixei cópia de várias interações com a IA, os meus prompts e respostas, para documentar.

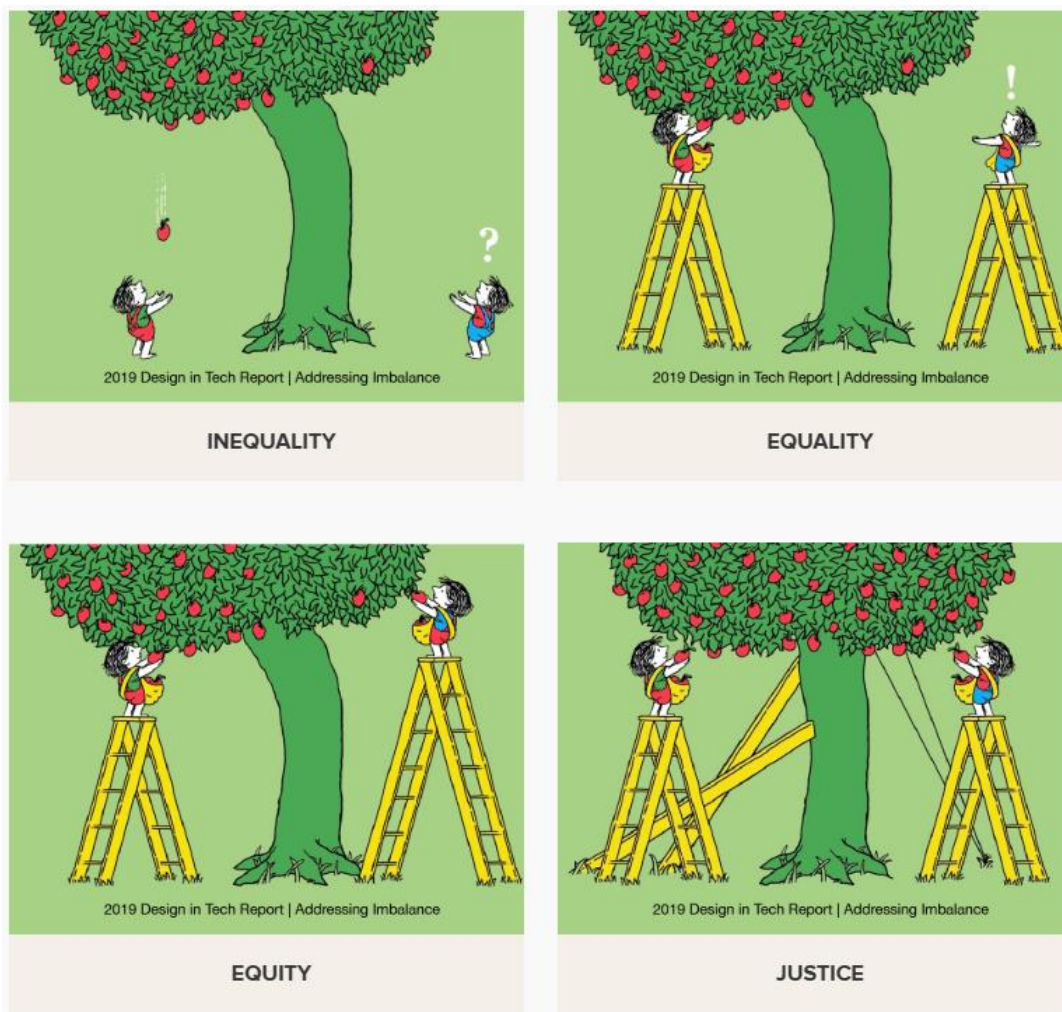
“The most recent research on France and the United States (Piketty, 2001; Piketty and Saez, 2003; Landais, 2007) shows, however, that the sharp decrease in inequality observed over the course of the twentieth century is in no sense the consequence of a “natural” economic process. Only inequality of wealth decreased (the wage hierarchy showing no tendency toward compression over the long run), and this decrease was due mainly to shocks incurred by wealth owners in the period 1914–1945 (wars, inflation, the Great Depression). The concentration of wealth and capital income did not return to the astronomical level achieved on the eve of World War I, however. The most likely explanation involves the fiscal revolution of the twentieth century. The impact of the progressive income tax (created in France in 1914) and the progressive estate tax (created in 1901) on the accumulation and reconstitution of large fortunes seems to have prevented a return to nineteenth-century rentier society.” (Piketty, 2015, p.23)¹.

“...o controlo do sistema económico pelo mercado tem consequências avassaladoras sobre o conjunto da organização da sociedade: significa nada menos do que a direção da sociedade como um elemento auxiliar do mercado. Em vez de existir uma economia

¹ Piketty, T. The Economics of Inequality (1997/2015) – Translated by Arthur Goldhammer – The Belknap Press of Harvard University Press – Cambridge Massachusetts – London England. 978-0-674-91556-5. First published as L'ÉCONOMIE DES INÉGALITÉS - Éditions La Découverte, Paris, France, 1997, 2008, 2014. (Trabalho original publicado em 1997).

incrustada nas relações sociais, são as relações sociais que são incrustadas no sistema económico.” (Polanyi, 2001, p.120)².

“...é a própria possibilidade da liberdade que está posta em questão. Se a regulação é o único meio de difundir e reforçar a liberdade numa sociedade complexa, e se, no entanto, o recurso a esse meio é por si só contrário à liberdade, a liberdade é, então, impossível numa sociedade como a nossa”. (Polanyi, 2001,p.294)³.



² Karl Polanyi, A Grande Transformação, cap. XXI - A Liberdade numa Sociedade Complexa – Edições 70, Lda, 2001.

³ Karl Polanyi, A Grande Transformação, cap. XXI - A Liberdade numa Sociedade Complexa – Edições 70, Lda, 2001.

Figure 1 - Fonte: “Addressing Imbalance,” by Tony Ruth

[2019 Design in Tech Report](#)

westonschools.org/wp-content/uploads/2021/08/equity-1.pdf ⁴

A identificação de cada conceito na analogia das imagens propostas por Ruth, remete para existência de diferentes níveis de intervenção externa, que coloca a(s) fasquia(s) do acesso aos benefícios da vida em sociedade, em diferentes patamares, “ajustados” em função da origem/situação socioeconómica, étnica, geográfica, cultural, de género, religiosa, e demais limitações, atuais e passadas, que constroem o livre acesso de cada indivíduo.

Ao incrementar a intervenção em cada contexto específico, promove-se, como resultado dessa ação, uma crescente inclusão no acesso universal e no usufruto equitativo dos benefícios sociais à generalidade dos cidadãos. Esta abordagem visa assegurar que fatores alheios a cada indivíduo não constituam barreiras ao seu acesso, garantindo, assim, que eventuais desvantagens iniciais — sejam elas individuais ou coletivas — não resultem na exclusão desses cidadãos dos direitos e oportunidades disponíveis.

Os quadros acima de Tony Ruth, usados no relatório de 2019 de “*Design in Tech Report / Addressing Imbalance*” são um recurso visualmente interessante para entender cada conceito. Neles, estão representadas duas pessoas. A da esquerda (E) está colocada em baixo da zona da árvore carregada de frutos. A pessoa à direita (D), está colocada em baixo da zona com muito menor oferta. O acaso colocou cada pessoa em cada lado da árvore. À partida, sabemos que “E” terá muito mais probabilidade de receber um fruto. Já para “D”, essa possibilidade será, muito mais remota.

O nascimento de um ser humano, numa determinada região, no seio de uma família com poder de compra que lhe permitirá aceder a habitação, alimentação, saúde,

⁴ Ruth, T.: “Addressing Imbalance,” by Tony Ruth for the 2019 Design in Tech Report. John Maeda | Design in Tech Report. (2019, March 11).  Design in Tech Report 2019 | Section 6 | Addressing Imbalance. John Maeda | Design in Tech Report. <https://designintech.report/2019/03/11/%F0%9F%93%B1design-in-tech-report-2019-section-6-addressing-imbalance/>.

vestuário, escolaridade, cultura, divertimentos e socialização, ou, numa região deprimida, no seio de uma família com escassos recursos, não é resultado de uma escolha, exercício de vontade ou motivação. A “lotaria do nascimento”, irá condicionar o acesso futuro de cada indivíduo a todo e qualquer benefício que a sociedade lhe possa outorgar, com natural repercussão nas suas condições futuras de vida. (Piketty T. 2015, p.6).⁵

Reconhecer a qualidade do desempenho, como forma de recompensar alguém pelo seu mérito, poderia ser – em tese – uma alavanca para a melhoria da condição social de qualquer indivíduo. Identificar comparativamente a qualidade do desempenho pela identificação do ponto de chegada de cada um, independentemente dos respetivos pontos de partida, é um exercício que ainda hoje fazemos. Ao desconsiderar o diferencial de esforço requerido a sujeitos em contextos de desvantagem equivale a consagrar uma conceção de mérito fundada exclusivamente no resultado alcançado. Tal perspetiva ignora as assimetrias estruturais de partida e, consequentemente, desvaloriza o mérito associado ao maior dispêndio de esforço dos menos favorecidos. Neste quadro, a avaliação centrada no ponto de chegada compromete critérios de equidade e de justiça distributiva, ao relegar para segundo plano a relevância do percurso e das barreiras superadas no processo de mobilidade social.

Para que a apreciação do “mérito” seja justa, é necessário incorporar uma dimensão na avaliação que considere o percurso individual, o esforço despendido e as condições de partida de cada pessoa. Estimar o mérito de forma equitativa, implica reconhecer que nem todos iniciam a corrida em absoluta igualdade de circunstâncias. Para cada candidato, haverá sempre diferença entre os ativos antecipadamente possuídos e os necessários para que cada um tenha sucesso. Desta forma, ainda que duas pessoas atinjam níveis semelhantes de sucesso, o mérito real pode diferir substancialmente se uma delas teve acesso a recursos ou privilégios que facilitaram significativamente o

⁵ Piketty, T. *The Economics of Inequality* (1997/2015) – Translated by Arthur Goldhammer – The Belknap Press of Harvard University Press – Cambridge Massachusetts – London England. 978-0-674-91556-5. First published as *L'ÉCONOMIE DES INÉGALITÉS* - Éditions La Découverte, Paris, France, 1997, 2008, 2014. (Trabalho original publicado em 1997).

seu caminho. Nesses casos, o esforço e a eficiência aparentes podem não refletir, de forma justa, as condições enfrentadas no percurso.

A partir das ilustrações, apresento uma breve descrição dos conceitos:

“Inequality” – Desigualdade: os benefícios sociais são colocados à disposição dos cidadãos de forma generalizada. Não haverá qualquer ajustamento que beneficie uns em detrimento de outros. No entanto, haverá cidadãos cujas condições específicas lhes permitirão o acesso. Outros, não conseguirão aceder.

“Equality” – Igualdade: Procuram-se criar condições nas quais o acesso ao benefício é feito em condições idênticas a todos os indivíduos. No entanto, essa preocupação atende ao patamar de acessibilidade do benefício sem levar em conta as diferentes situações particulares que impeçam o acesso a uma parte dos indivíduos.

“Equity” – Equidade: A intervenção procura criar condições de acesso mais inclusivas, discriminando positivamente os indivíduos que partem da posição mais desfavorável. Cidadãos menos afortunados mesmo com a ajuda adicional poderão não ter acesso ao benefício, já que o seu ponto de partida contém limitações que a intervenção não corrige.

“Justice” – Justiça: As ações da sociedade seguem no sentido de compensar cada constrangimento que qualquer cidadão possa sentir no acesso ao benefício, colocando todo e qualquer candidato em condições de acesso equivalentes. Não iguais, pois cada indivíduo terá a sua visão, abordagem, referências e limitações individuais, contudo, no acesso ao benefício, os obstáculos que constroem, terão sido acautelados e não irão constituir impedimento. Essa forma de inclusão universal, irá permitir acesso equivalente entre indivíduos, independentemente dos seus pontos de partida.

A “lista” de condições a acautelar terá que ser exaustiva, para que o acesso em condições de equidade e justiça se possa verificar. A aplicação de medidas de compensação traria um acesso franqueado universal, restando a cada indivíduo, o exercício do direito de decidir se pretende usufruir ou não.

Neste ponto, coloco-me a seguinte questão: a intervenção externa – vejam-se políticas de regulação, redistributivas e de inclusão – é absolutamente necessária, garantidamente bem-sucedida, ou desejada? Ao introduzir mecanismos alheios aos do mercado, não estaremos a gerar forças que impeçam os indivíduos de, no exercício da sua liberdade procurarem e encontrarem melhores condições de vida?

Até que ponto a população deseja políticas redistributivas?

No trabalho da OCDE sobre Bem-Estar e Desigualdades, procurei informação empírica atual, que possa dar alguma resposta, baseada no estudo de países associados, a esta questão.

“Developed countries such as the United States and European democracies redistribute large proportions of their GDP via taxes, transfers, and public goods provision. Yet, there are considerable differences across these countries. In the group of OECD countries, taxes and transfers reduce market income inequality by 59% in Finland to 2% in Mexico (OECD, 2023[1])”. (Bonnet, J et al. 2024, p.6) ⁶.

“The basic economic model of rational public choice posits that individuals are solely concerned with their personal incomes. This model predicts that individuals with above-average incomes oppose any form of income redistribution, while those with below-average incomes demand the highest possible redistribution rate to maximize their own incomes, taking into account the negative impact of taxation on labour supply”. (Bonnet, J et al. 2024, p.6) ⁷.

“...the belief in equal opportunities to get ahead in life is the strongest single predictor of demand for redistribution. The stronger the belief that hard work leads to economic success, the lower the demand for redistribution. Trust in government is the second strongest single predictor, although contrary to part of the previous literature we find that the higher the trust in government, the lower the demand for redistribution. Aversion against immigrants has a negative coefficient, consistently with the presence of in-group altruism. The different components making up the dimensions of self-

^{6, 7, 8} Bonnet, J. et al. (2024), “What explains preferences for redistribution? Evidence from an international survey”, OECD Papers on Well-being and Inequalities, No. 32, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/c0120dea-en>.

interest (current income, financial security and risk aversion) and social capital (the individual's personal connectedness with others) matter less, although each dimension is important when all components are considered together". (Bonnet, J et al. 2024, p.35) ⁸.

É interessante verificar que a percepção de desigualdade de rendimento, não aparenta neste estudo, ser um dos principais fatores para a escolha por políticas redistributivas sendo o principal fator referido, a percepção de igualdade de oportunidades. Se a “percepção de igualdade de oportunidades é elevada”, as pessoas tendem a rejeitar mais políticas redistributivas, o que é, no mínimo, surpreendente. Estas conclusões, são baseadas em dados empíricos e relativas às opções de populações de um conjunto de países pertencentes à OCDE.

Por um lado, temos as evidências na desigualdade da distribuição de riqueza, atuais e passadas assim como a sua caracterização, do ponto de vista da sua permanência e evolução, entre pessoas de uma sociedade e entre países, que condicionaram, condicionam e condicionarão, a progressão da generalidade dos cidadãos na escada social. Este seria o ponto de partida da análise de como a sociedade se organizou para chegar ao momento atual. Tratar-se-ia de identificar que grupos se mantêm no topo da pirâmide social e económica, em que medida a manutenção do sucesso de cada geração é suportado por privilégios acrescidos que essa riqueza comporta, e por quanto tempo esse padrão se tem mantido, caracterizando a riqueza intergeracional e o seu peso relativo ao longo de gerações.

Paralelamente, identificar os grupos, famílias, pessoas, que, partindo de situações de pobreza, progrediram económica e socialmente e durante quanto tempo esse padrão se manteve, analisando também os que, inversamente, perderam a sua posição de riqueza descendo na pirâmide. Por último, validar para a generalidade dos cidadãos, em diferentes intervalos de níveis de rendimento, identificando fatores que condicionam a progressão desses indivíduos, apesar dos seus esforços.

Reconhecer mecanismos de progressão e regressão e a partir destas informações, validar quais são os fatores determinantes de evolução positiva social, dará pistas para a introdução de medidas mais efetivas no combate da desigualdade. A análise de dados históricos sobre a distribuição de riqueza, em particular avaliando o impacto que políticas redistributivas mais agressivas implementadas ainda na primeira metade do séc. XX comparativamente à inversão dessas políticas a partir dos anos 80 do mesmo século, o privilégio a ela associado, a riqueza intergeracional, são métricas objetivas de avaliação do potencial de mobilidade, suportadas – à falta de outro mecanismo que “automaticamente” permita que “todos” os cidadãos tenham uma quota-parte no sucesso de uma sociedade - por políticas redistributivas. Paradoxalmente, os cidadãos poderão apoiar ou não essas medidas, de acordo com a ideia generalizada de que, se trabalharem arduamente, serão bem sucedidos economicamente.

A conclusão do estudo, aponta como fator principal para a menor escolha por políticas redistributivas, a percepção de igualdade de oportunidades. Se a mensagem pública e a percepção geral na sociedade, for no sentido da existência de igualdade de oportunidades, se a ideia que de que, se uma pessoa trabalhar muito, terá uma boa oportunidade de melhorar a sua vida ele irá apoiar menos políticas redistributivas.

A desigualdade como barreira ao desenvolvimento individual

Peggy McIntosh, dá vários exemplos sobre a importância das percepções relativamente ao racismo e ao privilégio branco. No seu ensaio, “White Privilege: Unpacking the Invisible Knapsack”, refere, *“I was taught to see racism only in individual acts of meanness, not in invisible systems conferring dominance on my group”*.⁹

⁹ “This essay is excerpted from Working Paper 189. “White Privilege and Male Privilege: A Personal Account of Coming to See Correspondences through Work in Women's Studies” (1988), by Peggy McIntosh; from the Wellesley College Center for Research on Women, Wellesley MA 02181. The working paper contains a longer list of privileges. This excerpted essay is reprinted from the Winter 1990 issue of Independent School.” Pag.1.

A percepção do racismo vem com a forma como P. McIntosh, cidadã branca, foi educada para perceber a realidade. Só com a análise mais profunda aos comportamentos e expectativas que os cidadãos brancos têm, comparativamente aos comportamentos e expectativas que cidadãos negros e outros de demais etnias “minoritárias” continuam a ser forçados a ter, é que se evidenciam as profundas diferenças entre os dois grupos. E essas diferenças alicerçam-se no racismo.

Da lista partilho apenas 3 situações das 50 enumeradas por McIntosh; “39. *I can be late to a meeting without having the lateness reflect on my race...* 40. *I can choose public accommodation without fearing that people of my race cannot get in or will be mistreated in the places I have chosen...* 44. *I can easily find academic courses and institutions which give attention only to people of my race.*”⁹

Retomando a linha da justiça, quando entendemos a Humanidade como um conjunto passado, presente e futuro de pessoas, que embora pertencendo a diferentes regiões no planeta, a diferentes culturas e etnias, todas partilham os genes do ser humano. E por essa razão, há uma condição essencial a cada um e a todos que nos une: somos todos iguais. E se somos todos iguais, todos temos os mesmos direitos.

A Declaração Universal dos Direitos da Humanidade¹⁰, desde 1948 estabelece o conceito que grande parte das nações no planeta subscreveu: somos todos livres em igualdade de dignidade e direitos, independentemente de toda e qualquer diferença.

¹⁰ **A Declaração Universal dos Direitos da Humanidade, estabelece nos seus Artº 1º:**

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.” e Artº 2º: *“Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autónomo ou sujeito a alguma limitação de soberania”.*

Este é o caminho da justiça, que desde 1948 a sociedade mundial escolheu percorrer, por ser aquele que os subscritores da DUDH entenderam ser o mais justo.

Ao nível global, continental, regional, local, individual, a diversidade é imensa.

Dissemelhanças étnicas, culturais, económicas, geográficas estarão sempre na origem de diferenças entre povos. São as suas características distintivas que tornam cada grupo único. A liberdade e a igualdade em dignidade e direitos entre todos os seres humanos, deverão ser exercidas por cada um independentemente dessas diferenças, assim como das suas crenças religiosas, da ideologia política, do sexo, género, língua, origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento, assim como do seu estatuto político, a sua naturalidade, etc. E para que isto possa ser, mesmo ao nível local, uma realidade, os governos precisariam eliminar as barreiras que impeçam a concretização desse objetivo.

No quadro da justiça, os benefícios sociais existentes são disponibilizados para fruição dos cidadãos, reconhecendo-se, no entanto, que o seu acesso poderá estar vedado a pessoas ou grupos que, pelas suas circunstâncias particulares não lhes consigam aceder. Compete, por isso, à sociedade criar condições de entrada que eliminem todas as barreiras, garantindo o acesso da generalidade da população em condições de plena equidade. De justiça.

Idealmente, ninguém teria o seu acesso facilitado (por conta de prerrogativas individuais), à custa da impossibilidade do acesso de outros. O acaso que colocou alguém por nascimento, em lugar de privilégio e vantagem, tem tanto a “culpa” da sua condição, quanto outro seu semelhante, que nasceu num meio de pobreza e falta de oportunidades.¹¹

Mas o que se pode dizer sobre a corrida que desde a infância somos levados a correr, para “atingir o nosso melhor”? Socialmente, reconhecemos o valor de alguém que na

¹¹ *“If inequality is due, at least in part, to factors beyond the control of individuals, such as inequality of initial endowments owing to inheritance or luck (which cannot be attributed to individual effort), then it is just for the state to seek in the most efficient way possible to improve the lot of the least well-off (that is, of those who have had to contend with the most adverse factors).”* Piketty, T; THE ECONOMICS OF INEQUALITY - The Belknap Press of Harvard University Press, 2015, p. 6.

sua carreira chegou até ao topo, que seja a pessoa mais rica, a que saltou mais alto, correu mais depressa, que chegou mais longe.

O que deveríamos fazer, se concluirmos que a corrida está, de alguma forma, viciada?

Globalmente, a população está distribuída, *grosso modo*, em torno de 50% para a masculina e os restantes 50%, a feminina (sem entrar aqui em linha de conta com as demais opções de género). Fará sentido que a maior parte das posições de poder; político, social, empresarial, etc. sejam, ainda hoje, numa provavelmente significativa parte da humanidade, ocupadas maioritariamente por pessoas do sexo masculino? Não será lógico esperar que a distribuição fosse mais próxima das percentagens de cada género em cada faixa etária?

Admitindo que o papel maternal e cuidador é genericamente, que a diferença de força física entre homens e mulheres, lhes reservou tarefas mais domésticas e aos homens as tarefas mais ligadas a posições ligadas a força e liderança (provavelmente mais resultante do condicionamento educacional e cultural que tem sido transmitido aos homens), creio ser consensual dizer-se que o sexo masculino tem ocupado ao longo da existência da humanidade (com algumas situações de exceção), os lugares de poder.

E o que podemos dizer dos últimos 100 anos? O acesso à formação pelas mulheres foi-lhes vedado antes e ao longo de uma parte importante desse tempo. O seu papel social foi, ao longo deste período, com algumas exceções, fundamentalmente doméstico. No entanto estamos a terminar o ciclo da primeira geração do século XXI e mesmo depois de algumas vitórias nas lutas para o acesso à formação, de pequenas conquistas nos locais de trabalho e nas lideranças políticas, os papéis não aparentam ter-se alterado substancialmente. Foi, tem sido, e continua a ser possível, ver mulheres de qualificações relevantes, sendo preteridas no acesso a posições para as quais estariam perfeitamente capacitadas. A luta pela igualdade de condições e reconhecimento mantém-se e está muito longe de estar terminada. Usando o exemplo do acesso a posições de liderança, se a capacidade de liderança e de organização não é exclusiva de um género, de uma cor de pele, ou de qualquer outra forma de segmentar e agrupar pessoas que possam divergir do normativo habitualmente aceite, não é possível alienar da discussão do mérito, o problema da exclusão. A exclusão

funciona como uma barreira para o visado. E nessa medida, rever a avaliação do mérito, incluindo na avaliação o grau de dificuldade de cada “concorrente” no caminho percorreu, é também matéria de equidade, e por conseguinte, de justiça.

Há 500 anos, a Europa reiniciou a exploração por mar do planeta, levando a sua cultura e trazendo riquezas de lugares distantes. A organização mundial e a vida das suas regiões, foram para sempre condicionadas por esse movimento. Regiões colonizadas, que durante os seus períodos coloniais receberam instituições fortes, conseguindo estabelecer o primado da lei, apresentam hoje níveis de desenvolvimento elevados, enquanto outras regiões, usadas como fontes extrativas, apresentam níveis de desenvolvimento consistentemente inferior às potências colonizadoras.

Daron Acemoglu, Simon Johnson e James A. Robinson, no seu estudo comparativo sobre as origens coloniais de desenvolvimento, deixam-nos as seguintes conclusões:

“Our argument rests on the following premises: Europeans adopted very different colonization strategies, with different associated institutions. In one extreme, as in the case of the U.S., Australia and New Zealand, they went and settled in the colonies and set-up institutions that enforced the rule of law and encouraged investment. In the other extreme, as in the Congo or the Gold Coast, they set up extractive states with the intention of transferring resources rapidly to the metropole. The slave trade is perhaps the most extreme example of this behavior.”

“These sets of institutions were very detrimental to investment and economic progress. Which colonization strategy was adopted was, at least in part, determined by the feasibility of European settlement. In places where Europeans faced very high mortality rates, they could not go and settle, and they were more likely to set up extractive states.”

*“Finally, we argue that these early institutions persisted to the present. Determinants of whether Europeans could go and settle in the colonies, therefore, have an important effect on institutions today.”*¹²

¹² Acemoglu, D., Johnson, S., Robinson, J.A. (June 2000). Working Paper 7771. <http://www.nber.org/papers/w7771> National Bureau of Economic Research. Pág. 29 e 30.

Importa aqui reter o peso significativo do processo colonial e o impacto que teve e continua a ter nas nações colonizadoras e colonizadas. Há diferenças profundas entre o desenvolvimento de nações coloniais e ex-colónias. Nesse grupo, incluem-se países que se confrontam com processos de sub-desenvolvimento, guerra, pobreza persistente, em particular no continente africano, há décadas. E não se trata apenas de desigualdade transnacional, pois encontramos nesses países desigualdade entre a sua população, muitas vezes caracterizada por uma pequena, rica e poderosa elite e uma enorme maioria de habitantes que vive sob condições que hoje deveríamos considerar inaceitáveis.

Reconhecer a desigualdade, é um primeiro passo para identificar o grau de injustiça, as suas causas e começar a promover a mudança.

Enumero a seguir mais algumas fontes de desigualdade; de identidade de género, religiosa, de opção sexual, de classe social, opção política, financeira, de deficiência física, de deficiência intelectual ou mental, de idade (idadismo), de linguagem (sotaque), de estado civil, de situação parental (gravidez), de aparência física/estética (lookismo), de tonalidade da pele (colorismo), de origem territorial (regionalismo), de status migratório (refugiado), de alfabetização (grau de instrução), de histórico criminal (ex-presidiário), de doença crónica (estado de saúde), de saúde mental (depressão, etc.), de estilos de vida/hábitos pessoais (tatuados, vegetarianos, estilos de vida “alternativos”), de tipo de ocupação (varredores e outras profissões consideradas “menores”), de condição sem-abrigo, de dependência (química, outros vícios), tecnofobia ou exclusão digital, de estigmas culturais (folclore negativo). A lista poderá ser interminável...

A equidade como motor de mobilidade social

A Equidade, entendida como a justiça na distribuição de oportunidades, acesso a recursos e a aplicação de direito e a mobilidade social e a mobilidade social, identificada como a capacidade de indivíduos ou grupos se deslocarem entre diferentes posições, dentro de uma hierarquia social ou económica, têm ganho maior

relevância e papel, no estudo das dinâmicas sociais. A interseção desses dois conceitos revela questões críticas sobre justiça social, desigualdade e transformação estrutural.

Na filosofia política, estes temas foram de alguma forma tocados por Karl Marx e Friedrich Engels, no “Manifesto Comunista” (1848) e em “O Capital” (1867), dando enquadramento social e histórico para as diferenças entre grupos sociais, que, entretanto, reclassificaram apresentando-nos as duas classes sociais emergentes no pós-feudalismo - o Proletariado e a Burguesia - identificando a relação, nem sempre pacífica, na defesa dos interesses de cada grupo, a que chamaram a luta de classes. Marx & Engels propuseram a eliminação da propriedade privada, como mecanismo para alcançar uma sociedade mais justa, trazendo o primado do governo popular e o objetivo de terminar com as classes.

“Burgueses e Proletários¹³ - *“A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca ora disfarçada; ...”* (Marx & Engels, 1848/2005, p. 40).

“Os proletários não podem apoderar-se das forças produtivas sociais senão abolindo modo de apropriação a elas correspondente e, por conseguinte, todo o modo de apropriação existente até hoje. Os proletários nada têm de seu a salvaguardar; a sua missão é destruir todas as garantias e seguranças da propriedade privada até aqui existentes.” (Marx & Engels, 1848/2005, p. 50).

John Rawls, no livro Uma Teoria da Justiça (1971), definiu a "justiça como equidade", e propôs princípios redistributivos que favoreçam os menos afortunados.

“... a ideia norteadora é que os princípios de justiça para a estrutura básica da sociedade são o objeto do consenso original. São esses princípios que pessoas livres e

¹³ “Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o assalariado. Por proletariado, a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender a sua força de trabalho para sobreviver. (Nota de F. Engels à edição inglesa de 1888)”. (Marx & Engels, 1848/2005, p. 40).

racionais, preocupadas em promover os seus próprios interesses, aceitariam numa posição de igualdade como definidores dos termos fundamentais da sua associação. Esses princípios devem regular todos os acordos subsequentes; especificam os tipos de cooperação social que se podem assumir e as formas de governo que se podem estabelecer. A essa maneira de considerar os princípios da justiça eu chamarei de justiça como equidade.” (Rawls, J.1971-2000, p.12)¹⁴

Rawls, apresenta os dois princípios da justiça para instituições, identificando no primeiro, “o direito de cada pessoa, igual ao sistema mais abrangente de liberdades básicas iguais que seja compatível com um sistema semelhante de liberdades para todos...” e no segundo, estabelece o princípio no qual as desigualdades económicas e sociais devem trazer maior benefício aos menos favorecidos. Por último, estabelece a Regra da Prioridade, que assegura que as liberdades básicas só podem ser restringidas em nome da liberdade. (Rawls, J. 1971-2000, p.333).

As visões destes autores quanto à forma de combater as desigualdades são evidentemente distantes. De um lado, a sugestão ao fim da propriedade privada, como origem dessa desigualdade. Do outro, a proposta de estabelecer a soberania da igualdade de direitos entre cidadãos, reconhecendo que, sempre que essa desigualdade subsista, que seja para beneficiar os menos afortunados. No entanto, o problema que a todos preocupou e que a sociedade do séc. XIX e dos anos 70 do séc. XX não conseguiu resolver era essencialmente o mesmo, com escalas e diferenças típicas das suas épocas: a desigualdade entre os cidadãos.

Contribuições clássicas para a equidade e mobilidade social:

Adam Smith

Adam Smith, deixou uma marca profunda no pensamento económico e político na sua época, com A Riqueza das Nações (1776). O mercado livre e a metáfora da "mão

¹⁴ Rawls, J. (1971/2000). UMA TEORIA DE JUSTIÇA (A. Pisetta & L. M. R. Esteves, Trans.). Livraria Martins Fontes Editora Ltda. (Trabalho original publicado em 1971).

invisível" moldaram profundamente as ideias sobre organização económica e justiça social. O indivíduo, movido pelo seu próprio interesse, procura fazer trocas e com essas relações comerciais, melhora a sua condição. Segundo Smith, o impacto da ação egoísta de cada indivíduo na sociedade é positivo, pois a riqueza gerada por cada um, aumenta a riqueza de todos. E embora a sua análise se foque nos mecanismos de funcionamento do mercado, se no limite, todos os membros de uma sociedade procurassem a melhoria das suas condições, desde que o comportamento de cada um fosse leal e correto, no respeito das condições de lealdade e "*fairness*" em cada negócio e para com cada parceiro, a generalidade dos indivíduos iria melhorar a sua condição de vida e consequentemente, a sociedade seria, ainda mais opulenta. Smith, no entanto, também expressou a ideia de que ninguém se pode sentir bem, quando o desenvolvimento pessoal de alguém que procura a melhoria da sua condição, se faz com o prejuízo e miséria do seu semelhante.

"What can be added to the happiness of the man who is in health, who is out of debt, and has a clear conscience? To one, in this situation, all accessions of fortune may properly be said to be superfluous: and if he is much elevated upon account of them, it must be the effect of the most frivolous levity. This situation, however, may very well be called the natural and ordinary state of mankind. Notwithstanding the present misery and depravity of the world, so justly lamented, this really is the state of the greater part of man." (Smith, A. 1761, p.74).¹⁵

Smith acreditava que os mercados livres, orientados pela competição e pelo interesse próprio, poderiam gerar benefícios coletivos para a sociedade. A metáfora da "mão invisível" expressa a ideia de que, ao perseguirem seus interesses pessoais, os indivíduos acabam promovendo indiretamente o bem-estar geral. Ele escreve:

"By preferring the support of domestic to that of foreign industry, he intends only his own security; and by directing that industry in such a manner as its produce may be of the greatest value, he intends only his own gain; and he is in this, as in many other

¹⁵ Smith, A. (1758/1761). The theory of moral sentiments (2nd Edition). A. Millar, in the Strand; and A. Kinkaid and J. Bell, in Edinburgh. <http://books.google.com/> (Trabalho original publicado em 1758).

cases, led by an invisible hand to promote an end which was no part of his intention.”
(Smith, A. 2005/1776, p.363, 364).¹⁶

O mecanismo implícito de alocação de recursos pressupõe que, num mercado livre, a oferta e a procura se equilibram naturalmente, criando oportunidades para todos os agentes económicos. Smith destacou que a especialização do trabalho e o comércio poderiam aumentar a riqueza nacional e, idealmente, melhorar a condição de todos os cidadãos. Na sua visão, o crescimento económico seria um motor potencial para a mobilidade social, permitindo que indivíduos ascendessem socialmente por meio do trabalho, de trocas e da acumulação de capital.

Embora Smith não tenha tratado explicitamente da "equidade" como conceito moderno, ele reconheceu as disparidades económicas e a importância de mitigar excessos de desigualdade. Em “A Riqueza das Nações”, ele apresenta a ideia de que os sistemas tributários devem ser justos e progressivos; *“The subjects of every state ought to contribute towards the support of the government, as nearly as possible, in proportion to their respective abilities; that is, in proportion to the revenue which they respectively enjoy under the protection of the state. The expense of government to the individuals of a great nation, is like the expense of management to the joint tenants of a great estate, who are all obliged to contribute in proportion to their respective interests in the estate.”* (Smith, A. 1776/2005, p.676).

Smith defendeu que o governo deveria fornecer certos bens e serviços – como a educação, a infraestrutura, a justiça e a defesa, pois o mercado não os forneceria de forma generalizada, eficiente ou justa. Essas intervenções sugerem que ele reconhecia as limitações de um mercado puramente autorregulado na promoção da equidade. *“The expense of the administration of justice, too, may no doubt be considered as laid out for the benefit of the whole society. There is no impropriety, therefore, in its being defrayed by the general contribution of the whole society”*. (Smith, A. 1776/2005, p. 667).

¹⁶ Smith, A. (1776/2005). AN INQUIRY INTO THE NATURE AND CAUSES OF THE WEALTH OF NATIONS. The Electronic Classics Series, Jim Manis. (Trabalho original publicado em 1776).

“The expense of maintaining good roads and communications is, no doubt, beneficial to the whole society, and may, therefore, without any injustice, be defrayed by the general contributions of the whole society”. (Smith, A. 1776/2005, p. 667).

“The expense of the institutions for education and religious instruction, is likewise, no doubt, beneficial to the whole society, and may, therefore, without injustice, be defrayed by the general contribution of the whole society” (Smith, A. 1776/2005, p. 667).

Smith apresentou estas propostas, identificando em cada situação o interesse da sociedade geral, como argumento para justificar a oferta pelo estado desses serviços. Na sua exposição, ele identifica casos em que face aos benefícios individuais uma compensação pode ser paga pelos cidadãos a título de taxas (como no caso da justiça). Ou, no caso da educação, que a par dos benefícios para a sociedade, da oferta pública do serviço, ele também validava a existência de oferta privada. Adam Smith acreditava que as desigualdades geradas pelo mercado eram, em certa medida, naturais e necessárias para incentivar o progresso económico. Essa posição limita a aplicabilidade de sua teoria a contextos de extrema desigualdade social, onde a mobilidade social é restrita por barreiras estruturais, como falta de acesso à educação e oportunidades.

Smith identificou a divisão do trabalho como uma força motriz do crescimento económico. Ele ilustra esta ideia, com o exemplo de uma fábrica de alfinetes;

“One man draws out the wire; another straightens it; a third cuts it; a fourth points it; a fifth grinds it at the top for receiving the head; to make the head requires two or three distinct operations; to put it on is a peculiar business; to whiten the pins is another; it is even a trade by itself to put them into the paper; and the important business of making a pin is, in this manner, divided into about eighteen distinct operations, which, in some manufactories, are all performed by distinct hands, though in others the same man will sometimes perform two or three of them”. (Smith, A. 1776/2005, p. 11).

O crescimento económico gerado pela divisão e especialização do trabalho, trazia um incremento para a produtividade, que permitiria aumentar a oferta de mercadorias à

venda/vendas, que por sua vez, aumentariam a procura por trabalho criando assim, mais oportunidades para os trabalhadores.

No entanto, Smith também alertou sobre os efeitos negativos da especialização excessiva, que poderia levar à alienação do trabalhador. Essa alienação, segundo Smith, poderia limitar a capacidade de cada indivíduo de melhorar a sua condição [mobilidade social], ao ver cerceada a sua liberdade, por falta de meios para a exercer, ao restringir as habilidades e a capacidade dos trabalhadores de se adaptarem a novas oportunidades.

Embora as ideias de A. Smith tenham sido revolucionárias na sua época e marcado o pensamento político e económico desde então, quando aplicadas a questões de equidade e mobilidade social em sociedades contemporâneas enfrentam limitações que a impõe a natural evolução no pensamento económico, cultural e da sociedade. A eficiência do mercado livre, tende a ignorar as desigualdades estruturais que impedem muitos indivíduos de participar plenamente desse mercado. Pessoas que vivem em contexto de pobreza extrema dificilmente terão acesso a recursos necessários – como educação e capital – para competir em condições iguais com cidadãos mais afortunados.

Por outro lado, a metáfora da "mão invisível" presume um equilíbrio que na prática, não se verifica e de um ajustamento que, em tese, iria beneficiar a sociedade como um todo. Na realidade o equilíbrio é uma sucessão de avanços e recuos, nos quais as posições opostas se ajustam em situação de acordo pontual. O “equilíbrio”, é algo mais dinâmico. E os benefícios não são extensíveis a toda a população. Na realidade, a desigualdade tem sido uma constante nos últimos 200 anos, sintoma da incapacidade do mecanismo de mercado ser realmente capaz de corrigir as assimetrias de rendimento.

Há uma questão importante, relativa à assimetria de poder, quando falamos na valorização dos fatores de produção detidos pelo capital, e da força de trabalho, que os trabalhadores trocam no mercado de trabalho: Se os trabalhadores forem mal pagos, mais facilmente se submeterão a condições mais precárias e desvantajosas. A sua força negocial é significativamente inferior à dos detentores dos demais fatores de

produção, e advém da dificuldade de lutar por uma melhoria da contrapartida pelo trabalho, quando se tem apenas o mínimo para sobrevivência.

Por fim, a ideia de que o crescimento económico automaticamente melhora a mobilidade social tem sido contestada e nesse sentido, a visão de Smith sobre mobilidade social pode ser vista como excessivamente otimista.

“if inequality is due, at least in part, to factors beyond the control of individuals, such as inequality of initial endowments owing to inheritance or luck (which cannot be attributed to individual effort), then it is just for the state to seek in the most efficient way possible to improve the lot of the least well-off (that is, of those who have had to contend with the most adverse factors). (Piketty, T. 1997/2014, p.6) ¹⁷.

As ideias de Adam Smith, ainda que à luz da sua época, continuam relevantes. A sua ênfase no papel da educação como meio de corrigir desigualdades é particularmente importante em debates modernos sobre políticas públicas. A sua proposta de impostos progressivos e de intervenções governamentais para corrigir falhas de mercado antecipou discussões contemporâneas sobre justiça fiscal e bem-estar social.

Por exemplo, políticas de transferência de rendimento e educação pública, amplamente defendidas hoje, estão alinhadas com o reconhecimento de Smith de que o mercado livre, por si só, não pode garantir equidade. Ao mesmo tempo, a sua análise sobre os benefícios do crescimento económico e do comércio internacional continua a enformar políticas económicas globais.

Adam Smith, à distância dos 250 anos desde que partilhou as suas ideias, oferece uma base teórica importante para explorar a relação entre mercado livre e mobilidade social. Embora a sua visão do mercado autorregulado e da "mão invisível" tenha limitações em contextos de desigualdade extrema, a sua defesa de impostos

¹⁷ Piketty, T. The Economics of Inequality (1997/2015) – Translated by Arthur Goldhammer – The Belknap Press of Harvard University Press – Cambridge Massachusetts – London England. First published as L'ÉCONOMIE DES INÉGALITÉS - Éditions La Découverte, Paris, France, 1997, 2008, 2014. (Trabalho original publicado em 1997).

progressivos, educação pública e intervenções estatais demonstra uma preocupação – avançada para o seu tempo – significativa com a justiça social.

Mais que uma visão com soluções, as ideias de A. Smith, inspiraram pensadores depois de si e são o espelho de uma sociedade que no seu tempo, procurou evoluir e continua nesse processo evolutivo. Mais que uma origem ou um destino, foi um ponto importante no caminho.

Karl Marx, Friedrich Engels e a mobilidade social: A dialética das classes no capitalismo

Karl Marx e Friedrich Engels foram pioneiros na análise das estruturas económicas e sociais que moldam a mobilidade social. Nas suas obras investigam como as relações de produção no capitalismo criam barreiras à mobilidade social, enquanto apresentam o potencial transformador da luta de classes. Este texto examina como os conceitos fundamentais de Marx e Engels sobre classes sociais, alienação e luta de classes se interligam ao tema da mobilidade social.

Marx e Engels viveram num período de rápida industrialização na Europa, no qual o capitalismo demonstrava uma capacidade sem precedentes de gerar riqueza. Eles reconheciam a eficiência do sistema para impulsionar a produtividade, mas criticavam suas contradições internas. Em “O Manifesto Comunista”, eles afirmam:

"A burguesia, ao longo do seu domínio de classe de apenas um século, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais do que todas as gerações passadas juntas". (Marx & Engels, 1848/2005, p.44) ¹⁸.

Contudo, enquanto reconhecem o potencial do capitalismo para dinamizar a economia, Marx e Engels alertam para o aumento das desigualdades, que restringem a mobilidade social. A riqueza gerada por meio do trabalho coletivo é apropriada de

¹⁸ Marx, K., & Engels, F. (1848/2005). MANIFESTO COMUNISTA (O. Coggiola, Ed.; Á. Pina, Trans.). BOITEMPO EDITORIAL - Jinkings Editores Associados Lda. (Trabalho original publicado em 1848)

forma desigual pelos capitalistas, resultando num sistema onde as classes exploradas têm poucas oportunidades de ascender na hierarquia económica.

Marx e Engels definem a sociedade capitalista como essencialmente dividida entre duas classes principais:

Burguesia: Aqueles que controlam os meios de produção.

Proletariado: Trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de salário.

A relação entre essas classes é marcada pela exploração. Para Marx, o valor do trabalho excedente (mais-valia) produzido pelos trabalhadores é apropriado pela burguesia, perpetuando as desigualdades económicas e sociais. Essa dinâmica cria uma barreira estrutural à mobilidade social: os trabalhadores, presos a relações de produção desiguais, encontram dificuldade em acumular capital ou melhorar sua posição social.

Marx e Engel argumentam que o capitalismo transforma as relações sociais em relações de mercado, reduzindo os indivíduos a meros agentes económicos. Eles escrevem no “Manifesto Comunista”; *"Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, os quais só vivem enquanto o seu trabalho aumenta o capital. Esses operários, constrangidos a venderem-se a retalho, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro; em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações de mercado.*

O crescente emprego de máquinas e a divisão do trabalho despojaram a atividade do operário do seu caráter autónomo, tirando-lhe todo o atrativo. O operário torna-se um simples apêndice da máquina e dele só se requer o manejo mais simples, mais monótono, mais fácil de aprender. Desse modo, o custo do operário se reduz, quase exclusivamente, aos meios de subsistência que lhe são necessários para viver e perpetuar a sua espécie." (Marx & Engels, 1848/2005, p.46).

A alienação reforça a imobilidade social, pois os trabalhadores são desprovidos de poder sobre os meios de produção e sobre as condições que determinam a sua própria existência. Assim, o capitalismo não apenas restringe a mobilidade social, mas também reproduz as desigualdades de geração em geração.

Para Marx e Engels, a mobilidade social não é uma característica inerente ao capitalismo, mas sim uma possibilidade que emerge das lutas de classes. Eles argumentam que o proletariado, por meio da organização coletiva e da consciência de classe, pode desafiar as estruturas de poder existentes e transformar a sociedade. Ainda no “Manifesto Comunista”, eles descrevem o processo revolucionário como inevitável devido às contradições internas do capitalismo:

"A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes"
(Marx & Engels, 1848/2005, p.40).

A luta de classes, segundo Marx, é o único mecanismo capaz de romper as barreiras estruturais à mobilidade social. Quando os trabalhadores se organizam para desafiar o domínio da burguesia, eles criam as condições para uma redistribuição de riqueza e poder, permitindo um maior grau de equilíbrio social.

Apesar de reconhecerem o potencial produtivo do capitalismo, Marx e Engels argumentam que o sistema contém contradições que limitam sua capacidade de promover a mobilidade social. Marx descreve como a concentração de riqueza nas mãos da burguesia leva ao empobrecimento relativo do proletariado, restringindo as suas possibilidades de ascensão social.

"A condição essencial para a existência da supremacia da classe burguesa é a acumulação de riqueza nas mãos de particulares, a formação e crescimento do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado. Este baseia-se exclusivamente na concorrência dos operários entre si." (Marx & Engels, 1848/2005, p.51).

"A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção, e, com isso, todas as relações sociais... Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes." (Marx & Engels, 1848/2005, p. 43).

Além disso, eles apontam para o ciclo recorrente de crises económicas no capitalismo, que agravam as desigualdades e aprofundam a precarização dos trabalhadores. Durante períodos de crise, as oportunidades de mobilidade social são ainda mais

limitadas, enquanto que os lucros são concentrados num número cada vez menor de capitalistas.

Embora Marx e Engels tenham escrito num contexto histórico específico, as suas ideias permanecem relevantes para a análise das barreiras à mobilidade social em sociedades contemporâneas. O aumento da desigualdade global nas últimas décadas, como demonstrado por Piketty (1997/2014), reflete muitas das preocupações levantadas por Marx e Engels.

“The evolution of income inequality has not been measured as well as that of wage inequality... The countries in which wage inequality increased also saw increases in income inequality: in the United States, for example, the P90/P10 ratio for income rose from 4.9 to 5.9 between 1979 and 1986, and in the United Kingdom from 3.5 to 3.8. Conversely, inequality increased moderately in the Nordic countries, rising from 2.8 to 2.9 in Norway and 2.5 to 2.7 in Sweden, following the similarly modest increase in wage inequality.” (Piketty, T. 1997/2014, p.25).

Em particular, o aumento de rendimento entre as elites económicas e a estagnação dos salários para a maioria dos trabalhadores, são consistentes com a análise marxista. Além disso, as ideias de Marx e Engels têm inspirado movimentos sociais e políticas públicas que buscam promover a mobilidade social. Medidas como impostos progressivos, programas de redistribuição de rendimento e o fortalecimento de sindicatos são influenciadas pela visão de que as desigualdades estruturais só podem ser enfrentadas por meio de intervenções conscientes e organizadas.

Apesar da sua influência, a análise de Marx e Engels também enfrenta críticas. Uma delas é a ênfase quase exclusiva na dimensão económica das desigualdades, ignorando outras formas de opressão, como aquelas baseadas em género, raça e identidade cultural.

Além disso, alguns críticos apontam para a visão determinista da história em Marx, que pode subestimar a complexidade das dinâmicas sociais. Embora a luta de classes seja uma força poderosa de mudança, nem todas as transformações sociais podem ser explicadas por esse único fator.

Rawls e a teoria da justiça como equidade

John Rawls, em sua obra *Uma Teoria da Justiça* (1971), apresentou uma abordagem profundamente moderna para pensar a justiça social, salientando a importância da equidade como um dos pilares centrais para a construção de sociedades justas e sustentáveis. A sua teoria é baseada na busca de princípios que garantam igualdade de oportunidades e corrijam desigualdades estruturais, oferecendo uma base para o entendimento da equidade como um motor essencial para a mobilidade social sustentável.

O conceito de justiça de Rawls é estruturado em torno de dois princípios fundamentais:

Princípio da Igualdade de Liberdades Básicas: *“Cada pessoa deve ter igual direito a um conjunto de liberdades básicas, como liberdade de expressão, associação e direitos políticos. Essas liberdades são inalienáveis e devem ser garantidas de forma igualitária a todos os cidadãos, independentemente de sua posição social ou econômica.”* (Rawls, J. 1971/2000, p.64) ¹⁹.

Princípio da Diferença e Igualdade de Oportunidades: *“Desigualdades sociais e econômicas só são aceitáveis se beneficiam os membros menos favorecidos da sociedade. Além disso, as posições de poder e influência devem ser acessíveis a todos, garantindo condições reais de igualdade de oportunidades.”* (Rawls, J. 1971/2000, p.64).

O “véu de ignorância” é um dos conceitos metodológicos de Rawls, um mecanismo de abstração intelectual, teórico, ideal, que colocaria o sujeito perante uma escolha sem viés, já que o “véu” o impediria de validar os resultados possíveis (previsíveis) da sua escolha e, sem essa visão, ele não estaria condicionado na escolha. Sob o véu, indivíduos imaginários escolhem os princípios de justiça sem saber sua posição na

¹⁹ Rawls, J. (1971/2000). *UMA TEORIA DE JUSTIÇA* (A. Pisetta & L. M. R. Esteves, Trans.; 2a TIRAGEM). Livraria Martins Fontes Editora Ltda. (Trabalho original publicado em 1971).

sociedade, o que leva à formulação de regras imparciais que garantam benefícios para todos, mas especialmente para os menos favorecidos.

Ao pensar em mobilidade social numa lógica de sustentabilidade, procuram-se soluções, que, ao nível da sociedade coloquem os mecanismos de intervenção para garantir justiça e equidade na distribuição das oportunidades genérica e universalmente acessíveis, garantido assim que a existência de situações de exclusão se reduz aos mínimos possíveis.

A proposta de Rawls é particularmente relevante para o tema da mobilidade social sustentável, pois ele combina preocupações com justiça distributiva, igualdade de oportunidades e estabilidade social. Esses elementos são cruciais para garantir que a mobilidade social não seja apenas um ideal abstrato, mas uma realidade prática em sociedades complexas.

O princípio da diferença reconhece que desigualdades são inevitáveis em sociedades capitalistas, mas propõe mecanismos institucionais para redistribuir recursos e criar oportunidades para os mais vulneráveis. Essa redistribuição não é apenas uma questão de ética, mas uma estratégia para promover coesão social e prevenir conflitos decorrentes de desigualdades extremas.

Os mecanismos da exclusão, atuam nas camadas mais desfavorecidas da sociedade, num dado momento, ou, ao longo de períodos que podem atravessar gerações, condenando-as à exclusão. Podem também atuar em franjas da população que até determinado momento pré-convulsivo, poderiam beneficiar de uma situação de inclusão, mas que acabam por ser também arrastadas para situações de perigo de pobreza ou mesmo pobreza, se o fenómeno convulsivo tiver um impacto mais agressivo.

Mecanismos de inclusão que permitam às pessoas sair de situações de pobreza após momentos de crise, precisam ser ajustados a cada grupo, a cada situação e em cada momento.

“O principal problema da justiça distributiva é a escolha de um sistema social... O sistema social deve ser estruturado de modo que a distribuição resultante seja justa,

independentemente do que venha a acontecer. Para se atingir esse objetivo, é necessário situar o processo económico e social dentro de um contexto de instituições políticas e jurídicas adequadas.” (Rawls, J. 1971/2000, p.303).

No capítulo III–ponto 26, Rawls apresenta o raciocínio que conduz aos dois princípios de justiça:

“Consideremos o ponto de vista de uma pessoa qualquer na posição original. Essa pessoa não tem meios para obter vantagens especiais para si própria. Por outro lado, também não há fundamentos para que ela concorde com desvantagens especiais (para si). Como não é razoável (expectável) que ela espere mais do que uma parte igual na divisão dos bens sociais primários, e como também não é racional que ela concorde em obter menos, o sensato é reconhecer, como primeiro passo, um princípio que exige liberdades básicas iguais para todos, bem como uma igualdade equitativa de oportunidades e uma divisão igual de renda [rendimento – nota do autor] e da riqueza.” (Rawls, J. 1971/2000, p.162).

Rawls salienta que a igualdade de oportunidades é essencial para que todos tenham acesso aos benefícios sociais e económicos. Essa visão sustenta a ideia de que a mobilidade social deve ser baseada num sistema meritocrático genuíno, onde o ponto de partida de cada indivíduo é igualado por meio de políticas públicas, como educação de qualidade e saúde universal.

Ele também reconhece que a mobilidade social só é sustentável se houver estabilidade institucional e consenso sobre os princípios de justiça. Ele argumenta que sociedades justas são mais estáveis, pois garantem que todos os indivíduos tenham interesse em respeitar as regras sociais. Essa estabilidade é um fator essencial para que as conquistas de mobilidade social sejam duradouras.

O trabalho de Rawls continua a ser um ponto de partida relevante para o estudo da equidade como motor de mobilidade social sustentável. As suas ideias dialogam diretamente com desafios contemporâneos, como o aumento da desigualdade global, a crise climática e a transformação das democracias liberais. Ele antecipou muitas das preocupações que hoje são centrais no trabalho de economistas como Thomas Piketty. Ele destaca como a crescente concentração de riqueza ameaça a estabilidade social e

restringe a mobilidade social. O princípio da diferença de Rawls fornece uma base normativa para justificar intervenções redistributivas, como impostos progressivos e transferências sociais.

A teoria de Rawls também é relevante para debates sobre sustentabilidade e justiça intergeracional. O seu compromisso com o "justo como equidade" pode ser aplicado para justificar políticas que garantam a preservação de recursos naturais e direitos básicos para as futuras gerações, abordando preocupações levantadas por autores como Karl Polanyi sobre os impactos sociais e ambientais do capitalismo.

As ideias de John Rawls constituem um marco fundamental para o diálogo contemporâneo sobre justiça, ao estabelecerem um quadro normativo que continua a inspirar debates diversos nos seus pontos de contacto, objetos de análise e conclusões. A partir da sua teoria, tornou-se possível articular uma abordagem integrada da equidade e da mobilidade social sustentável. Nesse diálogo, Thomas Piketty valida empiricamente o princípio da diferença, ao demonstrarem que a redistribuição de riqueza é indispensável para combater desigualdades estruturais e preservar a coesão social.

Thomas Piketty e a mobilidade social: Equidade e justiça na sociedade contemporânea

Thomas Piketty, economista francês e autor da obra “O Capital no Século XXI” (2014), trouxe uma análise profunda das desigualdades económicas, com implicações diretas para a justiça social e a mobilidade social. As suas ideias são centrais para compreender como a estrutura de riqueza e poder nas sociedades contemporâneas pode ser transformada por meio de princípios de equidade e justiça, promovendo um desenvolvimento social mais inclusivo. Este texto explora o pensamento de Piketty, destacando os elementos essenciais da sua teoria e como esses pressupostos podem orientar a sociedade em direção a uma condição mais justa.

No centro do trabalho de Piketty está a análise da concentração de riqueza e a sua relação com a desigualdade. Ele argumenta que, historicamente, as taxas de retorno do capital (r) têm frequentemente superado as taxas de crescimento económico (g), levando à acumulação de riqueza num pequeno segmento da população e perpetuando desigualdades sociais. Piketty resume esse princípio na equação $r > g$, que descreve como o capital, que quando desregulado, se concentra nas mãos de poucos, restringindo a mobilidade social.

Essa concentração de riqueza afeta negativamente a justiça e a equidade, pois limita o acesso de indivíduos menos favorecidos a oportunidades educacionais, políticas e económicas. Piketty argumenta que sem intervenções ativas, as desigualdades tendem a se agravar, corroendo a coesão social e a democracia.

“Concluding Comments: In this paper, we have mobilized newly available historical series from the World Inequality Database in order to construct world income distribution estimates from 1820 to 2020. We find that the level of global income inequality has always been very large, reflecting the persistence of a highly hierarchical world economic system. Global inequality increased between 1820 and 1910, in the context of the rise of Western dominance and colonial empires, and then stabilized at a very high level between 1910 and 2020. Between 1820 and 1910, both between-countries and within-countries inequality were increasing. In contrast, these two components of global inequality have moved separately between 1910 and 2020: Within-countries inequality dropped in 1910–1980 (while between-countries inequality kept increasing) but rose in 1980–2020 (while between-countries inequality started to decline).” (Chancel, L., & Piketty, T. 2021, p.31/3055) ²⁰.

“... Finally, the global income inequality perspective ought to be supplemented by a global wealth inequality perspective. We already know from previous research that private wealth-income ratios have increased enormously in recent decades and are

²⁰ Chancel, L., & Piketty, T. (2021). Global Income Inequality, 1820-2020: The Persistence and Mutation of Extreme Inequality. *Journal of the European Economic Association*, 19(6).
<https://doi.org/10.1093/jeea/jvab047>

now close to their early 20th century peak (around 500%–600% of national income by 2020, as opposed to about 300% of national income in 1970–1980, and about 600% of national income in 1910). 29 At the eve of World War I, net foreign wealth held by British property owners was as large as 200% of national income. It was over 100% of national income for their French counterparts.” (Chancel, L., & Piketty, T. 2021, p.32/3056).

Piketty identifica várias questões-chave que precisam ser enfrentadas para promover a mobilidade social baseada em princípios de equidade e justiça; *“...a repartição da riqueza — e, portanto, da renda [rendimento – nota do autor] do capital — é sempre mais concentrada do que a da renda [rendimento – nota do autor] do trabalho. Em todas as sociedades conhecidas, em todas as épocas, a metade mais pobre da população em termos patrimoniais não possui quase nada (em torno de 5% da riqueza total), o décimo superior na hierarquia da riqueza detém a maior parte da riqueza disponível na sociedade (em geral mais de 60% da riqueza total, por vezes chegando a 90%), e a população entre esses dois grupos (ou seja, 40% da população) detém algo entre 5% e 35% do património total.) (Piketty, T. 2014, p.425) ²¹.*

Piketty defende um sistema de tributação progressiva global sobre a riqueza como uma ferramenta para redistribuir recursos e reduzir as desigualdades extremas.

Ele escreve: *“O imposto progressivo sobre o capital é uma instituição bem mais apropriada, tanto por razões de transparência democrática quanto por eficácia real.” (Piketty, T. 2014, p.572).*

A tributação progressiva permite que os recursos sejam reinvestidos em educação, saúde e infraestrutura, criando condições para que todos tenham acesso às oportunidades necessárias para a mobilidade social. Para Piketty, essas políticas são mais do que económicas; elas são ferramentas para promover justiça social.

²¹ Piketty, T. (2014). O Capital no Século XXI (M. Baumgarten de Bolle, Trans.). E-book publicado pela EDITORA INTRÍNSECA LTDA. (Trabalho original publicado em 2013)

Piketty salienta a importância de garantir o acesso universal à educação como meio de nivelar o campo de oportunidades. Ele critica a desigualdade no financiamento educacional, que frequentemente beneficia os mais ricos e perpetua ciclos de privilégio.

Um dos pontos centrais do trabalho de Piketty é a crítica ao papel das heranças na perpetuação das desigualdades. Ele argumenta que a concentração de riqueza em famílias ricas reduz drasticamente as possibilidades de mobilidade social para a maioria da população.

Propor impostos sobre grandes heranças é uma forma de redistribuir riqueza e permitir que o capital seja direcionado para iniciativas sociais e programas públicos.

“No futuro, poderemos reencontrar uma combinação de dois mundos: de um lado, o retorno das fortes desigualdades do capital herdado e, de outro, as desigualdades salariais exacerbadas e justificadas por mérito e produtividade (cujo fundamento factual se mostrou, como vimos, muito escasso).” (Piketty, T. 2014, p.529).

Piketty destaca a necessidade de maior transparência financeira e de uma governança global mais colaborativa para enfrentar a evasão fiscal e a concentração de riqueza. Ele sugere a criação de um cadastro internacional de ativos financeiros para monitorar a distribuição de riqueza e implementar políticas redistributivas efetivas.

“Neste início de século XXI, certas desigualdades da riqueza que pensávamos terem desaparecido parecem estar prestes a voltar a seus picos históricos, ou até mesmo a ultrapassá-los, no contexto da nova economia global, portadora de imensas esperanças (o fim da pobreza) e de enormes desequilíbrios (tanto entre indivíduos como entre países).” (Piketty, T. 2014, p.589).

“Uma reatualização adequada do programa social-democrata e fiscal-liberal do século passado é indispensável, como tentamos mostrar nos Capítulos 13 e 14 ao nos dedicarmos a duas instituições fundamentais inventadas no século XX que devem continuar desempenhando um papel central no futuro: o Estado social e o imposto progressivo sobre a renda [rendimento – nota do autor]. Contudo, para que a democracia possa retomar o controle do capitalismo financeiro globalizado neste novo

século, também é necessário inventar novos instrumentos, adaptados aos desafios de hoje. O instrumento ideal seria um imposto mundial e progressivo sobre o capital, acompanhado de uma grande transparência financeira internacional.” (Piketty, T. 2014, p.637).

Piketty vê a democracia como uma ferramenta indispensável para combater as desigualdades. Ele defende que sociedades mais equitativas requerem uma participação ativa dos cidadãos nos processos políticos e económicos. Além disso, ele sugere que a justiça e a equidade só podem ser sustentadas por instituições robustas que protejam os direitos de todos os cidadãos.

Para Piketty, a mobilidade social depende de um equilíbrio entre meritocracia e redistribuição. Ele reconhece que a meritocracia, embora ideal em teoria, só pode funcionar se os pontos de partida forem igualados. As desigualdades extremas de riqueza e rendimento tornam impossível para muitos indivíduos competirem em condições justas, criando uma ilusão de mobilidade social suportada por mérito baseado na desigualdade.

“A redistribuição moderna: uma lógica de direitos. Em suma, a redistribuição moderna não consiste na transferência de riqueza dos ricos para os pobres, ou pelo menos, não de maneira tão explícita. Ela consiste em um financiamento dos serviços públicos e das rendas [rendimento – nota do autor] de substituição de forma mais ou menos igualitária para todos, especialmente nos domínios da educação, da saúde e das aposentadorias [pensões de reforma – nota do autor].” (Piketty, T. 2014, p.598).

O trabalho de Piketty está alinhado com os princípios de equidade e justiça defendidos por teóricos como John Rawls. As suas propostas dialogam com três aspetos fundamentais:

O princípio de justiça de Piketty é baseado na redistribuição ativa de recursos para corrigir desigualdades herdadas. Isso está alinhado com o princípio da diferença de Rawls, que justifica desigualdades apenas se estas beneficiarem os menos favorecidos.

“...a inovação mais importante do século XX em matéria fiscal foi a criação e o desenvolvimento do imposto progressivo sobre a renda [rendimento – nota do autor].

Essa instituição desempenhou um papel central na redução da desigualdade ao longo do século passado, mas hoje está gravemente ameaçada pelas forças da concorrência fiscal entre os países.” (Piketty, T. 2014, p.612).

Piketty evidencia a necessidade de garantir que as gerações futuras não sejam sobrecarregadas pelas desigualdades do presente.

A proposta de Piketty para ampliar o acesso à educação, saúde e infraestrutura é central para promover uma sociedade mais justa e equitativa.

O trabalho de Piketty tem impacto global, influenciando debates políticos e económicos sobre desigualdade. As suas ideias são particularmente relevantes para políticas fiscais pois muitos países têm adotado medidas de tributação progressiva inspiradas nas propostas de Piketty. Os movimentos sociais como Occupy Wall Street e Black Lives Matter encontram ressonância nas críticas de Piketty às desigualdades sistémicas. Nos debates académicos, Piketty continua a influenciar economistas, sociólogos e filósofos que buscam entender e combater as desigualdades globais.

Instabilidade política e bipolarização: Extremismos e suas relações com a equidade e justiça social

No início deste trabalho coloquei – eventualmente forçando - Adam Smith e Marx e Engels, como representantes de duas visões de organização social e económica que se contrapõem. A instabilidade política e a bipolarização são características relevantes de muitas democracias contemporâneas, marcadas pelo aumento de movimentos políticos extremistas tanto de direita quanto de esquerda. Esses fenómenos refletem profundas divisões sociais e económicas, que frequentemente encontram as suas raízes em desigualdades de longa data e de perceções de injustiça antagónicas.

Nas recentes décadas, o extremismo político ressurgiu de forma visível, desafiando as normas democráticas e aumentando a polarização em várias sociedades. Movimentos de extrema-direita e extrema-esquerda têm ganho destaque em regiões como Europa,

América do Norte e América Latina, impulsionados por uma combinação de fatores económicos, culturais e políticos.

Movimentos de extrema-direita, como o AfD na Alemanha, o Rassemblement National na França e o Bolsonarismo no Brasil, frequentemente baseiam as suas plataformas em narrativas de exclusão e nacionalismo. Esses grupos salientam a identidade nacional, o protecionismo económico e o combate à imigração.

Movimentos de extrema-esquerda, como o Podemos em Espanha e o Syriza na Grécia, destacam questões de redistribuição económica e justiça social. Eles surgem em resposta às políticas de austeridade e ao impacto desigual da globalização económica. Esses movimentos frequentemente defendem a nacionalização de recursos, impostos mais altos sobre os ricos e políticas de bem-estar social mais robustas. A bipolarização política e a ascensão de movimentos extremistas têm causas multifacetadas, que incluem desigualdade económica, divisões culturais e a desconfiança nas instituições democráticas. Em regimes democráticos com alternância de poder, as agendas políticas valorizaram temas mais próximos do centro, por serem mais consensuais em termos eleitorais. De alguma forma, os partidos representantes da esquerda e da direita acabavam por não ser muito diferentes, o que gerou desgaste — em particular porque essa semelhança coincidiu com períodos de profundas crises financeiras, nas quais as populações foram significativamente prejudicadas, enquanto as elites financeiras viam os bancos ser resgatados e as suas fortunas crescer, gerando uma natural insatisfação popular e abrindo espaço para ideais mais radicais.

A concentração de riqueza e a estagnação salarial para grande parte da população são fatores críticos que impulsionam a polarização política (Piketty, 1997/2015).

Movimentos de extrema-direita frequentemente canalizam esse descontentamento em narrativas de culpa, enquanto movimentos de extrema-esquerda buscam soluções redistributivas.

Além das desigualdades económicas, as divisões culturais também desempenham um papel importante. Questões como imigração, direitos LGBTQIA+ e igualdade de gênero são frequentemente exploradas por políticos extremistas para mobilizar suas bases.

A crise de confiança nas instituições democráticas, como partidos políticos, media e sistemas judiciais, é outra causa significativa da bipolarização. Essa desconfiança frequentemente leva ao apoio a figuras populistas que prometem "limpar" o sistema e representar o "povo real".

Embora os movimentos extremistas muitas vezes sejam associados a discursos polarizadores e divisivos, eles frequentemente refletem lutas subjacentes por equidade e justiça social. Esta perspetiva é particularmente evidente quando analisamos os grupos da população que mais facilmente incorporam os temas chave dos discursos desses movimentos.

Apesar de adotarem frequentemente narrativas de exclusão, muitos movimentos de extrema-direita expressam uma insatisfação legítima com as desigualdades económicas e a falta de oportunidades.

Os movimentos de extrema-esquerda estão mais diretamente alinhados com as lutas por equidade e justiça social. Os seus argumentos de defesa de ações de redistribuição de riqueza, fortalecimento dos direitos dos trabalhadores e acesso universal a serviços públicos refletem um compromisso com a redução das desigualdades estruturais.

Piketty (2014) sugere que esses movimentos representam uma resposta necessária à concentração de riqueza, oferecendo soluções práticas para enfrentar as disparidades económicas.

Apesar das diferenças ideológicas, tanto a extrema-direita quanto a extrema-esquerda compartilham um descontentamento com o *status quo* e uma busca por mudanças estruturais. Essa interseção pode ser vista como uma oportunidade para repensar os sistemas políticos e económicos de forma a promover maior equidade e inclusão.

Embora os movimentos extremistas representem desafios significativos para a estabilidade política, eles também oferecem uma oportunidade para abordar questões subjacentes de justiça social.

A polarização política pode levar a conflitos sociais a minar a coesão democrática.

Quando os extremos se tornam mais influentes, o diálogo construtivo entre diferentes perspectivas é frequentemente substituído por discursos de ódio e exclusão.

Por outro lado, os movimentos extremistas também podem funcionar como catalisadores para mudanças sociais significativas. Eles chamam a atenção para desigualdades e injustiças que frequentemente são ignoradas pelos partidos tradicionais, forçando a sociedade a enfrentar questões difíceis.

A instabilidade política e a bipolarização refletem os desafios profundos das sociedades contemporâneas, onde as desigualdades económicas e culturais alimentam movimentos extremistas. Embora esses movimentos frequentemente adotem abordagens polarizadoras, eles também representam uma resposta às percepções de injustiça e exclusão.

Teóricos como Piketty ajudam-nos a compreender essas dinâmicas, destacando a necessidade de soluções que combinem redistribuição económica com reconhecimento cultural e fortalecimento das instituições democráticas. Abordar as causas subjacentes à polarização requer uma abordagem holística que promova equidade e justiça social, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso igualitário aos recursos e oportunidades.

Implicações para políticas públicas e justiça social: comparações entre teóricos clássicos e modernos

A reflexão sobre justiça social e políticas públicas constitui um campo em que clássicos e modernos dialogam, em tensão e em complementaridade, sobre a articulação entre economia, instituições e equidade. A genealogia dessas ideias mostra como cada autor não apenas responde ao seu tempo histórico, mas também projeta fundamentos para políticas ainda atuais.

Adam Smith, em *A Riqueza das Nações* (1776), concebeu o mercado como um mecanismo gerador de prosperidade coletiva, sustentado pela famosa “mão invisível”. Todavia, ao reconhecer que a dinâmica espontânea dos mercados poderia acentuar vulnerabilidades, Smith valorizou a presença de instituições capazes de assegurar educação, infraestruturas e condições de participação mais equitativas. O liberalismo clássico, assim reinterpretado, revela uma tensão entre eficiência económica e exigência moral de proteção social.

Em contraponto, Karl Marx e Friedrich Engels denunciaram, em *O Capital* (1867) e no *Manifesto Comunista* (1848), as contradições estruturais do capitalismo, fundadas na exploração do trabalho e na concentração da riqueza. Para além da crítica, a sua obra inspirou a criação de políticas redistributivas, sistemas de proteção social e legislação laboral, destinados a mitigar as assimetrias entre capital e trabalho. O conceito de consciência de classe e a valorização do sindicalismo tornaram-se ferramentas centrais para enfrentar o poder oligopsónico dos empregadores e fortalecer a voz coletiva dos trabalhadores.

No século XX, John Rawls reconfigurou o debate através de *Uma Teoria da Justiça* (1971), ao propor a justiça como equidade. Os seus dois princípios — a igualdade das liberdades básicas e o princípio da diferença — ofereceram uma conceção normativa robusta para orientar a arquitetura institucional. Sob a sua influência, políticas redistributivas passaram a ser concebidas não apenas como remédios pragmáticos, mas como exigências éticas estruturais, materializadas em sistemas universais de saúde, educação inclusiva e tributação progressiva.

Por sua vez, Thomas Piketty, em *O Capital no Século XXI* (2013), reforçou com base empírica a denúncia das desigualdades. Mostrou que a acumulação patrimonial tende a reproduzir-se ao longo das gerações e que a globalização agravou essa dinâmica, esvaziando a capacidade regulatória dos Estados nacionais. A sua proposta de uma fiscalidade progressiva à escala global, incluindo impostos sobre heranças, procura abrir caminho a uma justiça distributiva compatível com um mundo interdependente.

Se Smith destacou a necessidade de mercados regulados e Marx e Engels denunciaram as contradições do capitalismo, Rawls conferiu uma moldura normativa às políticas redistributivas, enquanto Piketty lhes deu sustentação empírica num horizonte global. Juntas, estas perspetivas revelam que a formulação de políticas públicas não pode ser reduzida a escolhas técnicas: ela é inseparável de conceções concorrentes de justiça, equidade e mobilidade social. É nesse cruzamento entre teoria e prática que se delineiam os caminhos possíveis para sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

Implicações para políticas públicas e justiça social: propostas de políticas públicas que promovem equidade e mobilidade Social

A equidade e a mobilidade social constituem pilares fundamentais para a construção de sociedades justas e sustentáveis, sendo indispensável que as políticas públicas os promovam de forma consistente. Tais políticas visam enfrentar desigualdades económicas, culturais e sociais que limitam o desenvolvimento humano, inspirando-se em pensadores clássicos como Adam Smith e Karl Marx, bem como em teóricos contemporâneos, entre os quais John Rawls e Thomas Piketty. O objetivo central dessas propostas é transformar as estruturas que perpetuam desigualdades, criando condições equitativas para todos os cidadãos.

A redistribuição de recursos através de sistemas fiscais progressivos permanece uma das ferramentas mais eficazes para reduzir desigualdades e promover mobilidade social. Essa abordagem procura corrigir disparidades de riqueza e rendimento, assegurando que os recursos beneficiem a sociedade no seu conjunto. Piketty (2014) defende de forma clara a implementação de impostos progressivos sobre rendimento e património, considerando o imposto progressivo sobre o capital uma instituição *“bem mais apropriada, tanto por razões de transparência democrática quanto por eficácia real”* (Piketty, 2014, p.572). *“In many situations, inequality calls for a collective effort of redistribution not only because it contradicts our sense of social justice but also because it implies a formidable waste of human resources that could be better*

utilized for the benefit of all. As noted previously, typical examples include discrimination and monopsony power in the labor market.” (Piketty, 2015, p.93)²²

Contudo, a globalização introduziu novos desafios, em particular a evasão fiscal praticada por grandes corporações, o que reforça a pertinência de iniciativas como a tributação mínima global proposta pela OCDE, destinada a limitar a transferência de lucros para paraísos fiscais e a assegurar maior justiça fiscal internacional.

Outro eixo estruturante da mobilidade social é a educação. Programas como o Bolsa Família no Brasil evidenciam que transferências condicionadas de rendimento não só reduzem a pobreza como melhoram indicadores sociais, ao expandirem as capacidades efetivas dos cidadãos. No artigo Social mobility and CCT programs: The Bolsa Família program in Brazil, Fassarella et al. referem *“This research analyzes long-term outcomes associated with social mobility for beneficiaries of a Conditional Cash Transfer Program, the Brazilian Bolsa Família, from childhood to adulthood. We find that 64 % of the BFP dependent beneficiaries aged 7 to 16 in 2005 were no longer beneficiaries of federal government social programs in 2019. Furthermore, 45 % of them accessed the formal labor market at least once between the years 2015 and 2019”*. (Fassarella, et al. 2024, p.15)²³. A universalização do acesso à educação de qualidade, desde a primeira infância até ao ensino superior, é igualmente decisiva para equalizar as condições de partida.

A ampliação do acesso à formação técnica e profissional também se revela fundamental para conectar os trabalhadores ao mercado de trabalho, sobretudo num contexto marcado pela automação e pela globalização. Políticas de capacitação contínua, bem como mecanismos de financiamento público ou bolsas para o ensino superior, têm demonstrado eficácia em reduzir barreiras económicas ao acesso, como

²² Piketty, T. (1997/2015). The economics of inequality (A. Goldhammer, Trans.). The Belknap Press of Harvard University Press. (Obra original publicada em 1997).

²³ Fassarella, E.; Ferreira, S.; Franco, S.; Neto, V.P.; Ribeiro, G.; Schuabb, V.; & Paulo Tafner, P. (2024). Social mobility and CCT programs: The Bolsa Família program in Brazil. World Development Perspectives, 35, 100624–100624. <https://doi.org/10.1016/j.wdp.2024.100624>

se observa nas iniciativas de propinas gratuitas implementadas em alguns estados norte-americanos.

A saúde pública e a proteção social constituem outro vetor essencial. Sistemas universais de saúde, como o Serviço Nacional de Saúde em Portugal, o SUS no Brasil ou o NHS no Reino Unido, garantem cuidados médicos a todos os cidadãos independentemente da condição socioeconómica, promovendo qualidade de vida e participação plena na sociedade. Complementarmente, políticas de bem-estar social — como subsídios de desemprego, licenças parentais remuneradas e pensões — contribuem para reduzir a vulnerabilidade financeira e criar estabilidade familiar, condição indispensável à mobilidade social, porque impedem a deriva de cidadãos em situação de precariedade para a pobreza.

O fortalecimento dos direitos dos trabalhadores e a criação de empregos de qualidade são igualmente centrais. A valorização salarial tem um papel estratégico, não apenas para reduzir a pobreza, mas também para dinamizar o crescimento económico através do aumento do consumo interno. Os sindicatos são instrumentos centrais de justiça redistributiva, sendo necessária a proteção da organização sindical e o incentivo à negociação coletiva como mecanismo de nivelar a força negocial entre os donos dos meios de produção e os detentores da força de trabalho. À partida, a negociação só será mais justa, se a assimetria de poder negocial for mais equilibrada.

As desigualdades de género no mercado de trabalho também exigem intervenção, com políticas que combatam a disparidade salarial e promovam oportunidades iguais para mulheres e homens.

A justiça social, porém, não se esgota na redistribuição económica. Requer igualmente o reconhecimento das identidades culturais e a inclusão de vozes marginalizadas nos processos de decisão política. Nesse sentido, políticas de ação afirmativa desempenham um papel decisivo na correção de desigualdades históricas, criando condições para que grupos tradicionalmente excluídos acedam a recursos e oportunidades.

Finalmente, a equidade e a mobilidade social devem ser analisadas também nas suas dimensões globais e intergeracionais. A desigualdade global exige respostas colaborativas, como o perdão da dívida externa de países em desenvolvimento e o financiamento de programas de sustentabilidade. Além disso, a justiça social encontra-se intrinsecamente ligada à justiça ambiental: políticas que assegurem a utilização sustentável dos recursos naturais e a transição energética justa são fundamentais para garantir que as gerações futuras usufruam de oportunidades equitativas.

Neste enquadramento, torna-se evidente que a integração de perspetivas clássicas e contemporâneas fornece uma base sólida para políticas públicas orientadas para a equidade. Ao conjugar redistribuição, reconhecimento e participação democrática, estas políticas podem enfrentar desigualdades persistentes e contribuir para sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

Considerações Finais

Políticas públicas que promovam equidade e mobilidade social exigem uma abordagem integrada, que combine redistribuição económica, reconhecimento cultural e inclusão política. Inspiradas pelas contribuições de teóricos clássicos e modernos, essas políticas devem abordar as desigualdades estruturais, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso igualitário aos recursos e oportunidades.

As propostas discutidas – desde tributação progressiva e educação acessível até sistemas universais de saúde e políticas de educação inclusivas – representam um caminho para a construção de sociedades mais justas e sustentáveis. Ao enfrentar as causas subjacentes das desigualdades, essas políticas têm o potencial de transformar não apenas as condições materiais, mas também as relações sociais e culturais que moldam as vidas das pessoas numa sociedade livre.

No entanto, de acordo com o estudo aqui citado da OCDE²⁴, verifica-se que a propensão para defender políticas redistributivas é significativa nas classes de menor rendimento, enquanto que as classes sociais com maior rendimento, tendem a rejeitar essas políticas. Na sua conclusão, constatam que em países onde a percepção de igualdade de oportunidades seja elevada, a tendência para apoiar políticas redistributivas será menor. Paradoxalmente, essa conclusão é concomitante com o agravamento das desigualdades na distribuição de rendimentos, que estão na origem de desigualdades no acesso a melhor habitação, saúde, alimentação, escolaridade. “Desde os anos 1970-1980, assiste-se a uma explosão sem precedentes da desigualdade da renda nos Estados Unidos. A parcela do décimo superior passou de 30-35% da renda nacional nos anos 1970 para cerca de 45-50% nos anos 2000-2010... se tudo continuar a crescer nesse ritmo, a parcela do décimo superior há-de superar os 60% da renda nacional até 2030.” (Piketty, 2014, p.369)²⁵

Historicamente, o capitalismo trouxe uma capacidade produtiva, de inovação e de produção de riqueza incomparável com algum momento anterior na história da humanidade. E, no entanto, também gerou profundas diferenças na sua distribuição. O modelo de desenvolvimento único, que se tentou implementar em inúmeros países, em África e na América Central e Latina, não só, não funcionou, como perpetuou a pobreza e desigualdade. Hoje, alguns países ensaiam formas de desenvolvimento mais adequadas às suas características.

Se os seres humanos são todos iguais, os seus direitos também devem ser iguais. Neste caminho que a sociedade percorre, feito de avanços e recuos, duas visões de organização social e de política económica tem marcado, nos últimos 250 anos, as escolhas dos governos de nações no mundo. O entendimento da desigualdade, como uma realidade multidimensional que exige medidas específicas para contrariar o seu impacto social, é também uma medida do maior conhecimento da complexidade do

²⁴ Bonnet, J. et al. (2024), “What explains preferences for redistribution? Evidence from an international survey”, OECD Papers on Well-being and Inequalities, No. 32, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/c0120dea-en>.

²⁵ Piketty, T. (2014). O capital no século XXI (M. Baumgarten de Bolle, Trans.). Intrínseca. (Obra original publicada em 2013)

problema. No entanto, repetindo-me, “se somos todos iguais, todos temos os mesmos direitos”, é essencialmente uma questão de equidade, uma questão de justiça.

Reconhecer o problema é o ponto de partida para a sua solução. Se aceitamos como verdadeira a desigualdade, é justo advogarmos por soluções que mobilizem mecanismos de elevação social, que induzam a redução e até a eliminação de cada uma dessas desigualdades.

Finalizo com a letra da música “Liberdade” de Sérgio Godinho;

Vimos com o peso do passado e da semente

Esperar tantos anos torna tudo mais urgente

e a sede de uma espera só se estanca na torrente

e a sede de uma espera só se estanca na torrente

Vivemos tantos anos a falar pela calada

Só se pode querer tudo quando não se teve nada

Só quer a vida cheia quem teve a vida parada

Só quer a vida cheia quem teve a vida parada

Só há liberdade a sério quando houver

A paz, o pão

habitação

saúde, educação

Só há liberdade a sério quando houver

Liberdade de mudar e decidir

quando pertencer ao povo o que o povo produzir

quando pertencer ao povo o que o povo produzir

Referências Bibliográficas

Acemoglu, D., Johnson, S., & Robinson, J. A. (2000, June). The colonial origins of comparative development: An empirical investigation (Working Paper No. 7771).

National Bureau of Economic Research. <https://www.nber.org/papers/w7771>

Alvaredo, F., Cogneau, D., & Piketty, T. (2021). Income inequality under colonial rule: Evidence from French Algeria, Cameroon, Tunisia, and Vietnam and comparisons with British colonies 1920–1960. *Journal of Development Economics*, 152, 102680.

<https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2021.102680>

Bonnet, J., Chapuis, C., Delatte, A.-L., Hubar, M., & Senik, C. (2024). What explains preferences for redistribution? Evidence from an international survey. *OECD Papers on Well-being and Inequalities*, (32). OECD Publishing.

<https://doi.org/10.1787/c0120dea-en>

Chancel, L., & Piketty, T. (2021). Global income inequality, 1820–2020: The persistence and mutation of extreme inequality. *Journal of the European Economic Association*, 19(6), 3025–3062. <https://doi.org/10.1093/jeea/jvab047>

Fassarella, E., Ferreira, S., Franco, S., Neto, V. P., Ribeiro, G., Schuabb, V., & Tafner, P. (2024). Social mobility and CCT programs: The Bolsa Família program in Brazil. *World Development Perspectives*, 35, 100624.

<https://doi.org/10.1016/j.wdp.2024.100624>

Marx, K. (1867). *Capital: Volume I* (Proofed ed.). Progress Publishers.

<https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/Capital-Volume-I.pdf>

Marx, K., & Engels, F. (1848/2005). *Manifesto comunista* (O. Coggiola, Ed.; Á. Pina, Trans.; 4a reimp.). Boitempo Editorial. (Obra original publicada em 1848)

McIntosh, P. (2020, June 9). White privilege: Unpacking the invisible knapsack. JSTOR. <https://www.jstor.org/stable/pdf/community.30714426.pdf>

Piketty, T. (1997/2015). *The economics of inequality* (A. Goldhammer, Trans.). The Belknap Press of Harvard University Press. (Obra original publicada em 1997)

Piketty, T. (2013/2014). O capital no século XXI (M. Baumgarten de Bolle, Trans.). Intrínseca. (Obra original publicada em 2013)

Polanyi, K. (1944/2001). A grande transformação: As origens políticas e econômicas do nosso tempo (História & sociedade). Edições 70. (Obra original publicada em 1944)

Rawls, J. (1971/2000). Uma teoria de justiça (A. Pissetta & L. M. R. Esteves, Trans.; 2a tiragem). Martins Fontes. (Obra original publicada em 1971)

Ruth, T. (2019, March 11). Addressing imbalance. In J. Maeda, Design in Tech Report 2019 (Section 6).
<https://designintech.report/2019/03/11/%F0%9F%93%B1design-in-tech-report-2019-section-6-addressing-imbalance/>

Smith, A. (1759/1761). The theory of moral sentiments (2nd ed.). A. Millar; A. Kincaid & J. Bell. <http://books.google.com/> (Obra original publicada em 1759)

Smith, A. (1776/2005). An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations. The Electronic Classics Series. (Obra original publicada em 1776)

Anexos

Anexo 1. Prompts e respostas de pesquisa com o ChatGPT

Prompt CD: Estou à procura de um tema, com base em assuntos de filosofia política, para os quais os contributos de autores clássicos (Smith, Ricardo, Marx, Walras, etc) mas também de autores atuais (Agamben, Mbembe, Sandel, Sen, Rawls, Foucault) me levem a imergir num assunto que se relacione com o valor da vida humana, da sua importância, da importância de valores de justiça e da liberdade, da equidade, da importância de elevar a condição de vida dos cidadãos, como mecanismo para mobilidade social e de justiça social. Sei que a cada um destes autores posso buscar contributos relevantes para qualquer tema no âmbito que proponho, mas será difícil tratar um só tema (sintética, claro, simples, objetivo). consegues propor-me opções?

Resposta ChatGPT: Para desenvolver um tema de filosofia política que englobe contribuições tanto de autores clássicos quanto contemporâneos, e que se relacione com o valor da vida humana, justiça, liberdade e equidade, é essencial focar em um tópico específico que permita explorar essas questões de maneira profunda e coerente. Aqui estão algumas sugestões de temas que podem atender a essas necessidades:

1. A Justiça Social e o Valor da Vida Humana: Uma Comparação Histórica e Contemporânea

o Descrição: Este tema examina como diferentes pensadores, de Adam Smith e Karl Marx a Michael Sandel e Amartya Sen, abordam a questão da justiça social e do valor da vida humana. Pode incluir uma análise das teorias econômicas clássicas sobre valor e bem-estar e compará-las com as perspectivas contemporâneas sobre dignidade humana e justiça distributiva.

o Autoria: Adam Smith, Karl Marx, Amartya Sen, Michael Sandel

2. A Liberdade e a Equidade na Filosofia Política: De Rousseau a Foucault

- o Descrição: Este tema pode explorar a evolução das ideias de liberdade e equidade desde Rousseau e sua concepção de liberdade como autonomia coletiva até Foucault e sua crítica às estruturas de poder. A abordagem pode incluir uma análise de como essas ideias influenciam políticas públicas contemporâneas.

- o Autoria: Jean-Jacques Rousseau, Michel Foucault, John Rawls

3. O Papel da Economia na Mobilidade Social e Justiça Social: De Ricardo a Rawls

- o Descrição: Foco na análise do papel da economia na promoção da mobilidade social e justiça social, comparando a teoria econômica clássica de David Ricardo com as teorias modernas de John Rawls sobre justiça como equidade.

- o Autoria: David Ricardo, John Rawls

4. Biopolítica e o Valor da Vida: Uma Análise de Agamben e Mbembe

- o Descrição: Este tema pode explorar as contribuições de Giorgio Agamben e Achille Mbembe sobre biopolítica e necropolítica, examinando como essas teorias abordam o valor da vida humana e a gestão dos corpos na sociedade contemporânea.

- o Autoria: Giorgio Agamben, Achille Mbembe

5. Equidade e Direitos Humanos na Filosofia Política Contemporânea

- o Descrição: Explorar a intersecção entre equidade e direitos humanos, com base nas obras de Amartya Sen, Martha Nussbaum e outros pensadores contemporâneos, analisando como suas teorias podem ser aplicadas para melhorar a condição de vida dos cidadãos.

- o Autoria: Amartya Sen, Martha Nussbaum

Cada um desses temas permite uma abordagem interdisciplinar e pode ser desenvolvido com base em textos de autores clássicos e contemporâneos,

proporcionando uma análise rica e aprofundada das questões relacionadas ao valor da vida humana, justiça, liberdade e equidade.

Se precisar de mais detalhes sobre qualquer um desses temas ou de ajuda para encontrar referências específicas, estou à disposição para ajudar.

Prompt CD: Revê a tua visão e análise para a "equidade como forma de elevador social". Consegues identificar exemplos verificáveis empiricamente? Atenção às citações e fontes por favor chat. Thanks!

Resposta ChatGPT: A análise da equidade como forma de elevador social envolve investigar como a equidade pode atuar para promover a mobilidade social, ou seja, a capacidade dos indivíduos de melhorar sua posição socioeconômica ao longo do tempo. Para isso, é importante explorar tanto as teorias filosóficas quanto os exemplos empíricos que ilustram como políticas equitativas podem influenciar a mobilidade social.

Teorias Filosóficas sobre Equidade e Mobilidade Social:

1. John Rawls - Justiça como Equidade:

o Rawls propõe que uma sociedade justa é aquela organizada de maneira a beneficiar os menos favorecidos. Sua teoria de justiça como equidade sugere que as instituições sociais devem garantir que qualquer desigualdade seja estruturada para proporcionar o maior benefício aos membros menos favorecidos da sociedade (Rawls, 1971).

2. Amartya Sen - Capacidades e Bem-Estar:

o Sen critica as abordagens tradicionais focadas apenas na distribuição de recursos e propõe a abordagem das capacidades, que se concentra nas reais oportunidades das pessoas para realizarem suas potencialidades. Segundo Sen, uma distribuição equitativa deve permitir que todos os indivíduos desenvolvam suas capacidades básicas, promovendo a mobilidade social (Sen, 1999).

3. Martha Nussbaum - Abordagem das Capacidades:

o Complementando a visão de Sen, Nussbaum desenvolve uma lista de capacidades fundamentais que todos os seres humanos devem ter a oportunidade de realizar. Ela argumenta que políticas públicas devem ser avaliadas com base em sua capacidade de promover essas capacidades essenciais, facilitando assim a mobilidade social (Nussbaum, 2000).

Exemplos Empíricos de Equidade Promovendo Mobilidade Social

1. Educação Inclusiva na Finlândia:

o A Finlândia é frequentemente citada como um exemplo de como a equidade na educação pode promover a mobilidade social. O sistema educacional finlandês é caracterizado pela igualdade de oportunidades, com políticas que garantem acesso igualitário a recursos educativos de alta qualidade, independentemente do background socioeconômico dos alunos. Estudos mostram que o sistema educacional finlandês contribui significativamente para a alta mobilidade social no país (Sahlberg, 2011).

2. Programas de Transferência de Renda [rendimento – nota do autor]

Condicionada no Brasil:

o Programas como o Bolsa Família no Brasil são exemplos de como políticas de transferência de renda [rendimento – nota do autor] condicionada podem promover a equidade e a mobilidade social. Esses programas fornecem assistência financeira às famílias pobres, condicionada à frequência escolar e à vacinação das crianças, visando quebrar o ciclo de pobreza intergeracional. Estudos mostram que o Bolsa Família tem um impacto positivo na educação e na saúde, contribuindo para a mobilidade social (Soares et al., 2010).

3. Políticas de Ação Afirmativa nos Estados Unidos:

o As políticas de ação afirmativa nos Estados Unidos, especialmente no âmbito educacional, têm sido um meio de promover a equidade e a mobilidade social para grupos historicamente marginalizados. A admissão preferencial de estudantes de minorias em universidades de prestígio tem mostrado efeitos positivos na redução das disparidades educacionais e na promoção da mobilidade social (Bowen & Bok, 1998).

Conclusão

A equidade pode atuar como um poderoso "elevador social" ao proporcionar oportunidades igualitárias que permitem aos indivíduos melhorar sua posição socioeconômica. Teorias filosóficas de justiça como as de Rawls, Sen e Nussbaum fornecem uma base teórica sólida para essa abordagem, enquanto exemplos empíricos como o sistema educacional finlandês, o programa Bolsa Família no Brasil e as políticas de ação afirmativa nos EUA demonstram como essas ideias podem ser implementadas na prática, resultando em maior mobilidade social.

Referências:

1. Rawls, J. (1971). *A Theory of Justice*. Harvard University Press.
2. Sen, A. (1999). *Development as Freedom*. Oxford University Press.
3. Nussbaum, M. (2000). *Women and Human Development: The Capabilities Approach*. Cambridge University Press.
4. Sahlberg, P. (2011). *Finnish Lessons: What Can the World Learn from Educational Change in Finland?* Teachers College Press.
5. Soares, S., Ribas, R., Osorio, R. G., & Soares, F. V. (2010). Evaluating the Impact of Brazil's Bolsa Família: Cash Transfer Programs in Comparative Perspective. *Latin American Research Review*, 45(2), 173-190.

6. Bowen, W. G., & Bok, D. (1998). *The Shape of the River: Long-Term Consequences of Considering Race in College and University Admissions*. Princeton University Press.

Se precisar de mais detalhes ou informações adicionais, estou à disposição para ajudar!

Prompt CD: nova "viagem" sobre o tema do projeto de dissertação de mestrado. Olá Chat, tudo bem?

Resposta ChatGPT: Olá Carlos, tudo bem? Vamos começar uma nova "viagem" sobre o tema do seu projeto de dissertação de mestrado. Estou aqui para ajudar com ideias e estruturar o seu projeto da melhor forma possível. Qual é exatamente o tema que você está pensando em abordar na sua dissertação? E há algum aspecto específico que gostaria de explorar mais a fundo?

Prompt CD: Acho que o meu problema é mesmo esse: especificidade. Mas vamos lá. Estou à procura de um tema, com base em assuntos de filosofia política, para os quais os contributos de autores clássicos (Smith, Ricardo, Marx, etc) mas também de autores atuais (Agamben, Mbembe, Sandel, Sen, Rawls, Foucault) me levem a imergir num assunto que se relacione com o valor da vida humana, da sua importância, da importância de valores de justiça e da liberdade, da equidade, da importância de elevar a condição de vida dos cidadãos, como mecanismo para mobilidade social e de justiça social. Sei que a cada um destes autores posso buscar contributos relevantes para qualquer tema no âmbito que proponho, mas será difícil tratar um só tema (sintética, claro, simples, objetivo). consegues propor-me opções?

Resposta ChatGPT: Claro, Carlos. Vamos tentar estruturar algumas opções de temas que possam integrar contribuições tanto de autores clássicos quanto contemporâneos, e que sejam relevantes para a filosofia política com foco em justiça, liberdade, equidade e mobilidade social.

- 1. A Importância da Vida Humana e a Justiça Social

Título Proposto: "A Importância da Vida Humana na Teoria da Justiça Social: Uma Análise Comparativa entre Clássicos e Contemporâneos"

Descrição: Este tema pode explorar como diferentes filósofos veem a importância da vida humana dentro do contexto da justiça social. A dissertação pode analisar como Adam Smith e David Ricardo abordam o valor da vida humana em termos de economia política, comparando com as visões mais filosóficas e sociopolíticas de Karl Marx. Em seguida, pode-se contrastar com as perspectivas contemporâneas de autores como Amartya Sen, que foca nas capacidades e bem-estar, e Michael Sandel, que enfatiza a moralidade e a justiça.

Referências:

- Smith, A. "A Riqueza das Nações"
- Ricardo, D. "Princípios de Economia Política e Tributação"
- Marx, K. "O Capital"
- Sen, A. "Desenvolvimento como Liberdade"
- Sandel, M. "Justice: What's the Right Thing to Do?"
- 2. Liberdade e Justiça: Um Diálogo entre o Passado e o Presente

Título Proposto: "Liberdade e Justiça na Filosofia Política: Diálogo entre Pensadores Clássicos e Contemporâneos"

Descrição: Este tema poderia investigar como o conceito de liberdade está intrinsecamente ligado à justiça em várias tradições filosóficas. A dissertação pode começar com as ideias de liberdade em John Stuart Mill e Alexis de Tocqueville, passando para as críticas e expansões de autores contemporâneos como Giorgio Agamben e Michel Foucault, focando na biopolítica e no controle social.

Referências:

- Mill, J.S. "Sobre a Liberdade"
- Tocqueville, A. "A Democracia na América"
- Agamben, G. "Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua"
- Foucault, M. "Vigiar e Punir"
- 3. Equidade e Mobilidade Social na Teoria Política

Título Proposto: "Equidade e Mobilidade Social: Reflexões a Partir de Perspectivas Clássicas e Contemporâneas"

Descrição: Este tema pode abordar como diferentes pensadores interpretam o papel da equidade na promoção da mobilidade social. A dissertação pode analisar as ideias de Marx sobre classes sociais e comparar com as visões modernas de John Rawls sobre justiça como equidade, bem como as críticas de Nancy Fraser sobre justiça redistributiva e reconhecimento.

Referências:

- Marx, K. "Manifesto Comunista"
- Rawls, J. "Uma Teoria da Justiça"
- Fraser, N. "Redistribuição ou Reconhecimento?"
- 4. Biopolítica e o Valor da Vida Humana

Título Proposto: "Biopolítica e o Valor da Vida Humana: De Foucault a Mbembe"

Descrição: Este tema pode explorar como a biopolítica molda a nossa compreensão do valor da vida humana, desde as análises iniciais de Michel Foucault até as reflexões contemporâneas de Achille Mbembe sobre necropolítica. A dissertação pode abordar a governamentalidade, o controle social e como diferentes regimes de poder valorizam (ou desvalorizam) a vida humana.

Referências:

- Foucault, M. "História da Sexualidade"
- Mbembe, A. "Necropolítica"
- 5. Justiça, Liberdade e Desenvolvimento Humano

Título Proposto: "Justiça, Liberdade e Desenvolvimento Humano: Uma Abordagem Interdisciplinar"

Descrição: Este tema pode investigar como os conceitos de justiça e liberdade contribuem para o desenvolvimento humano. Amartya Sen e Martha Nussbaum podem fornecer a base teórica com suas abordagens de capacidades, enquanto autores clássicos como John Locke e Jean-Jacques Rousseau podem oferecer fundamentos históricos e filosóficos.

Referências:

- Locke, J. "Segundo Tratado sobre o Governo Civil"
- Rousseau, J.J. "O Contrato Social"
- Sen, A. "Desenvolvimento como Liberdade"
- Nussbaum, M. "Creating Capabilities: The Human Development Approach"

Escolher um desses temas permitirá que você mergulhe profundamente em questões centrais da filosofia política, enquanto aproveita contribuições de uma ampla gama de pensadores. Isso pode proporcionar uma base sólida para uma dissertação robusta e interessante. Qual desses temas mais te interessa? Ou, se preferir, posso ajudar a ajustar um dos temas para atender ainda melhor aos seus interesses específicos.

40

Prompt CD: Gostaria imenso. As propostas 3, 4 e 5 são as que mais me interessam. Podes detalhar um pouco mais a tua análise, aprofundando num tema mais específico (tal como fizeste e muito bem!, citando as referências e os livros onde cada um desses temas é tratado). Fechando um pouco mais, descendo a um detalhe mais particular para identificar um tema, simples, conciso, que possamos tratar e quem me (nos) vai guiar nesse caminho?

Resposta ChatGPT: Claro, Carlos! Vamos aprofundar as propostas 3, 4 e 5 e refiná-las para temas mais específicos e concisos, com indicações claras de referências e guias teóricos.

- 1. Equidade e Mobilidade Social na Teoria Política

Título Refinado: "Equidade como Motor de Mobilidade Social: Análises de Marx, Rawls e Fraser"

Descrição: Este tema pode ser focado na interseção entre equidade e mobilidade social, analisando como esses conceitos são tratados por diferentes teóricos. A dissertação pode começar com as ideias de Karl Marx sobre classes sociais e a luta de classes, avançando para a teoria da justiça como equidade de John Rawls, e concluindo com a crítica de Nancy Fraser sobre justiça redistributiva e reconhecimento.

Estrutura Proposta:

1. Introdução
 - o Definição de equidade e mobilidade social.
 - o Importância do tema na filosofia política.
2. Karl Marx e a Luta de Classes
 - o Exploração de "O Manifesto Comunista" e "O Capital".
 - o Como Marx vê a equidade em termos de redistribuição e mobilidade social.

3. John Rawls e a Teoria da Justiça como Equidade
 - o Análise de "Uma Teoria da Justiça".
 - o Princípio da diferença e sua aplicação na promoção da mobilidade social.
4. Nancy Fraser e a Crítica da Justiça Redistributiva
 - o Estudo de "Redistribuição ou Reconhecimento?".
 - o A integração da redistribuição econômica com o reconhecimento cultural.
5. Comparações e Conclusões
 - o Comparar e contrastar as visões dos três teóricos.
 - o Implicações para políticas públicas e justiça social.

Referências Principais:

- Marx, K. "O Manifesto Comunista" e "O Capital"
- Rawls, J. "Uma Teoria da Justiça"
- Fraser, N. "Redistribuição ou Reconhecimento?"
- 2. Biopolítica e o Valor da Vida Humana

Título Refinado: "Biopolítica e o Valor da Vida: Uma Análise de Foucault e Mbembe"

Descrição: Este tema pode explorar como a biopolítica molda a nossa compreensão do valor da vida humana, desde as análises de Michel Foucault até as reflexões contemporâneas de Achille Mbembe sobre necropolítica. A dissertação pode abordar como a governamentalidade e o controle social influenciam a valorização (ou desvalorização) da vida humana em diferentes contextos históricos e sociais.

Estrutura Proposta:

1. Introdução

- o Definição de biopolítica e sua relevância.
- o Apresentação dos conceitos principais de Foucault e Mbembe.

2. Michel Foucault e a Biopolítica

- o Análise de "História da Sexualidade" e "Vigiar e Punir".
- o Conceito de governamentalidade e sua aplicação na valorização da vida humana.

3. Achille Mbembe e a Necropolítica

- o Estudo de "Necropolítica".
- o Como a necropolítica expande a biopolítica para incluir a morte e a desvalorização da vida.

4. Comparações e Conclusões

- o Comparar as abordagens de Foucault e Mbembe.
- o Discussão sobre as implicações contemporâneas dessas teorias.

Referências Principais:

- Foucault, M. "História da Sexualidade" e "Vigiar e Punir"
- Mbembe, A. "Necropolítica"
- 3. Justiça, Liberdade e Desenvolvimento Humano

Título Refinado: "Desenvolvimento Humano e Justiça: Uma Análise das Capacidades com Sen e Nussbaum"

Descrição: Este tema pode investigar como os conceitos de justiça e liberdade contribuem para o desenvolvimento humano. A dissertação pode se concentrar na abordagem das capacidades de Amartya Sen e Martha Nussbaum, analisando como esses conceitos se relacionam com as ideias de justiça e liberdade em contextos históricos e contemporâneos.

Estrutura Proposta:

1. Introdução
 - o Definição de desenvolvimento humano, justiça e liberdade.
 - o Introdução à abordagem das capacidades.
2. Amartya Sen e a Abordagem das Capacidades
 - o Análise de "Desenvolvimento como Liberdade".
 - o Relação entre liberdade, capacidades e desenvolvimento humano.
3. Martha Nussbaum e a Expansão da Abordagem das Capacidades
 - o Estudo de "Creating Capabilities: The Human Development Approach".
 - o Como Nussbaum expande a teoria de Sen com uma lista de capacidades centrais.
4. Implicações Práticas e Comparações
 - o Aplicações práticas das teorias de Sen e Nussbaum em políticas públicas.
 - o Comparações entre os dois autores e suas contribuições para a justiça social.

Referências Principais:

- Sen, A. "Desenvolvimento como Liberdade"
- Nussbaum, M. "Creating Capabilities: The Human Development Approach"

Essas propostas mais refinadas oferecem uma base sólida e um foco claro para sua dissertação, integrando contribuições de filósofos clássicos e contemporâneos. Qual dessas opções você acha mais interessante e relevante para seu trabalho?

4o

Prompt CD: Obrigado!

Resposta ChatGPT: De nada, Carlos! Fico feliz em ajudar. Se precisar de mais detalhes ou tiver outras perguntas sobre o desenvolvimento da sua dissertação, estou à disposição. Boa sorte com seu projeto e conte comigo para o que precisar!

Prompt CD: 1. Equidade e Mobilidade Social na Teoria Política. A Equidade como motor de Mobilidade Social. Creio que poderia ficar por aqui no meu descritivo. Em termos da análise, o Contributo de Marx, claro mas também em Smith (e outros?). Rawls, definitivamente pois há aqui um senso de justiça que a equidade completa e uma visão mais atual, Fraser e outros, elaborando sobre os paradigmas da sociedade atual, de consumo, e da maior exploração corporativa do trabalhador, originando concentração de riqueza e menor equidade, democrática/não democrática, de instabilidade política interna e entre países, face a novas tendências invasivas, não se respeitando fronteiras, a bipolarização/extremismo, como forma de tentar impugnar o modelo atual, que não parece corresponder aos anseios das pessoas que aderem aos movimentos mais extremos de direita e esquerda: serão estas também, lutas pela equidade e justiça social?

Resposta ChatGPT: Com certeza, Carlos. Vamos estruturar esse tema abrangente, mas conciso, para sua dissertação, considerando os autores mencionados e os tópicos que você sugeriu.

- Título Refinado:

"Equidade como Motor de Mobilidade Social: Análises de Marx, Smith, Rawls e Fraser"

- Estrutura Proposta:

1. Introdução
 - o Definição de equidade e mobilidade social.
 - o Importância do tema na filosofia política.
 - o Apresentação dos autores e teorias que serão analisadas.
2. Contribuições Clássicas para a Equidade e Mobilidade Social
 - o Adam Smith e a Economia Política
 - ? Análise de "A Riqueza das Nações".
 - ? Como a ideia de mercado livre e mão invisível de Smith contribui (ou não) para a equidade e mobilidade social.
 - o Karl Marx e a Luta de Classes
 - ? Exploração de "O Manifesto Comunista" e "O Capital".
 - ? A visão de Marx sobre a redistribuição de riqueza e a superação das desigualdades de classe como motor de mobilidade social.
3. Teorias Modernas de Justiça e Equidade
 - o John Rawls e a Justiça como Equidade
 - ? Análise de "Uma Teoria da Justiça".
 - ? Princípio da diferença de Rawls e como ele promove a mobilidade social.
 - o Nancy Fraser e a Justiça Redistributiva e Reconhecimento
 - ? Estudo de "Redistribuição ou Reconhecimento?".
 - ? Como a justiça redistributiva e o reconhecimento cultural são cruciais para a equidade na sociedade contemporânea.

4. Desafios Contemporâneos para a Equidade e Mobilidade Social

o Concentração de Riqueza e Exploração Corporativa

☐ Análise das tendências de concentração de riqueza e como isso afeta a equidade.

☐ Discussão sobre a exploração corporativa do trabalhador.

o Instabilidade Política e Bipolarização

☐ Estudo das tendências de extremismo político, tanto de direita quanto de esquerda.

☐ Reflexão sobre se esses movimentos são também lutas pela equidade e justiça social.

5. Implicações para Políticas Públicas e Justiça Social

o Comparações entre as visões dos teóricos clássicos e modernos.

o Propostas de políticas públicas que possam promover a equidade e mobilidade social.

o Conclusões sobre a viabilidade dessas teorias na sociedade contemporânea.

• Referências Principais:

• Adam Smith:

o Smith, A. "A Riqueza das Nações" (1776).

• Karl Marx:

o Marx, K. "O Manifesto Comunista" (1848).

o Marx, K. "O Capital" (1867).

- John Rawls:
 - o Rawls, J. "Uma Teoria da Justiça" (1971).
- Nancy Fraser:
 - o Fraser, N. "Redistribuição ou Reconhecimento?" (2003).
- Expansão de Tópicos

Adam Smith e a Economia Política:

- A mão invisível e a ideia de que o mercado, se deixado livre, promoveria a prosperidade geral, mas também as críticas sobre como o mercado livre pode perpetuar desigualdades.

Karl Marx e a Luta de Classes:

- Análise das ideias de Marx sobre a relação entre capital e trabalho, a alienação do trabalhador e como a revolução proletária poderia teoricamente levar a uma sociedade mais equitativa.

John Rawls e a Justiça como Equidade:

- O princípio da diferença de Rawls, que sugere que desigualdades sociais e econômicas são aceitáveis apenas se beneficiarem os menos favorecidos na sociedade.

Nancy Fraser e a Justiça Redistributiva e Reconhecimento:

- A ideia de Fraser de que uma abordagem integrada que combine redistribuição econômica e reconhecimento cultural é essencial para a justiça social na era contemporânea.
- Conclusão

Este tema permitirá uma análise profunda e crítica de como diferentes teorias abordam a questão da equidade como motor de mobilidade social. A combinação de

perspectivas clássicas e contemporâneas fornecerá um quadro abrangente para entender os desafios e as possibilidades da equidade na sociedade moderna.

Se precisar de mais algum detalhe ou ajuste, estou aqui para ajudar. Boa sorte com sua dissertação!

Prompt CD: Olá Chat. Obrigado pelos teus insights. Preciso que me encontres alternativas para o que a frase "como motor de mobilidade social" encerra. No fundo procuro um conceito que parte da "mobilidade social" como um mecanismo de ascensão social e económica de cidadãos. O estado tem políticas e os privados que colocam em prática, elevando a condição social de pessoas ou famílias. O conceito do qual eu gostaria que produzisses várias alternativas (5?) tem mais a ver com a migração pura e simples da população que habita nos escalões mais baixos da sociedade (atormetados por rendimento insuficiente, baixa escolaridade, habitação de fraca qualidade, baixa formação e competências, baixo potencial, baixa concretização, baixíssimas oportunidades e elevada propensão para a marginalidade) e que esta população tenha ao final de uma época, ascendido ao níveis superiores em todos indicadores, traduzindo-se por uma genuína e perene subida de escalão social para o que se considera "classe média", deixando franjas escassíssimas de população fora deste grupo. Achas que identificas?

Resposta ChatGPT: Entendo perfeitamente o conceito que você está buscando. O objetivo é encontrar uma expressão que capture a ideia de políticas e práticas que promovem uma genuína e duradoura ascensão social e económica para indivíduos e famílias de classes mais baixas, elevando-os a uma condição de classe média. Aqui estão cinco alternativas que podem encapsular essa ideia:

1. Ascensão Social Sustentável

o Este termo sugere uma elevação constante e duradoura da posição social e económica, promovida por políticas e práticas eficazes que garantem que as pessoas não só alcancem a classe média, mas permaneçam nela.

2. Promoção de Mobilidade Socioeconômica

o Este conceito enfatiza a facilitação da mobilidade social e econômica, destacando a transição de indivíduos e famílias de classes mais baixas para níveis superiores, com melhorias em educação, renda, habitação e oportunidades.

3. Transformação Socioeconômica Inclusiva

o Este termo foca na transformação abrangente e inclusiva das condições socioeconômicas, onde as políticas e intervenções visam elevar as condições de vida de todos, especialmente das classes mais desfavorecidas.

4. Mobilidade Social Ascendente

o Uma expressão direta que captura a ideia de ascensão nas hierarquias sociais e econômicas, sublinhando a progressão de indivíduos das classes mais baixas para a classe média.

5. Integração Socioeconômica Progressiva

o Este termo sugere uma integração gradual e contínua dos indivíduos de classes mais baixas em níveis socioeconômicos mais elevados, promovendo uma inclusão plena na classe média.

• Exemplificação e Contextualização

Para contextualizar essas alternativas no seu projeto:

1. Ascensão Social Sustentável

o "Políticas de ascensão social sustentável são essenciais para garantir que as famílias de classes mais baixas não só atinjam a classe média, mas também permaneçam nela a longo prazo."

2. Promoção de Mobilidade Socioeconômica

o "A promoção de mobilidade socioeconômica é crucial para transformar as vidas de cidadãos marginalizados, proporcionando-lhes acesso a educação de qualidade, emprego digno e habitação adequada."

3. Transformação Socioeconômica Inclusiva

o "Uma transformação socioeconômica inclusiva visa criar um ambiente onde todos os cidadãos, independentemente de sua origem, possam prosperar e alcançar uma vida digna."

4. Mobilidade Social Ascendente

o "Implementar políticas eficazes de mobilidade social ascendente é fundamental para permitir que indivíduos das classes mais baixas avancem para níveis socioeconômicos superiores."

5. Integração Socioeconômica Progressiva

o "A integração socioeconômica progressiva deve ser um objetivo central das políticas públicas, assegurando que as oportunidades de crescimento estejam acessíveis a todos os segmentos da sociedade."

Essas alternativas oferecem uma gama de opções que podem ser usadas para descrever a ideia de elevação socioeconômica sustentada, abordando tanto a mobilidade social quanto a transformação das condições de vida. Se precisar de mais alguma coisa, estou aqui para ajudar!

Prompt CD: Excelente! Obrigado!

Resposta ChatGPT: De nada, Carlos! Fico feliz em poder ajudar. Se precisar de mais assistência com sua dissertação ou qualquer outra coisa, estou à disposição. Boa sorte com seu projeto!

Prompt CD: 6. Bibliografia de partida (máximo de 20 referências). Podes preparar as referências estilo APA 7 (2023/2024) - Sobrenome, Nome (inicial.), "Título da Publicação", Data publicação, Editor, data 1ª edição, ISBN, outros dados relevantes?

Resposta ChatGPT: Claro, Carlos! Aqui está uma bibliografia inicial com até 20 referências no estilo APA 7 (2023/2024):

1. Fraser, N. (2003). Redistribuição ou reconhecimento? Uma concepção crítica de justiça social. Boitempo Editorial. (Publicação original: 2003). ISBN: 978-8575590308.
2. Marx, K. (1867). O capital: Crítica da economia política (E. J. Hobsbawm, Ed.). Penguin Classics. (Publicação original: 1867). ISBN: 978-0140445688.
3. Rawls, J. (1971). Uma teoria da justiça. Martins Fontes. (Publicação original: 1971). ISBN: 978-8533621415.
4. Sen, A. (1999). Desenvolvimento como liberdade. Companhia das Letras. (Publicação original: 1999). ISBN: 978-8535902772.
5. Smith, A. (1776). A riqueza das nações. Penguin Classics. (Publicação original: 1776). ISBN: 978-0140432084.
6. Agamben, G. (2005). Estado de exceção. Boitempo Editorial. (Publicação original: 2005). ISBN: 978-8535906121.

Apêndices